

# Educar a Sociedade para a Educação especial: um olhar sobre a Surdez

**Teresa Alexandra Monteiro Vasconcelos**

**Dissertação de Mestrado em Educação Especial – Especialização em  
Audição e Surdez**

Orientação: Prof. Dr. António Vieira Ferreira

Setembro, 2013



UNIVERSIDADE PORTUGALENSE



## **Agradecimentos**

À minha mãe, por nunca ter desistido de mim e me amar incondicionalmente.

À minha família, que mesmo longe esteve sempre perto para me ajudar e apoiar a conseguir alcançar os meus objetivos.

Ao meu marido, por todo o amor e carinho, pela paciência e dedicação.

Aos meus amigos, por estarem sempre presentes mesmo quando não o estão fisicamente.

Ao meu orientador e professor pela disponibilidade, apoio e encorajamento.

## Resumo

O desenvolvimento de qualquer investigação pressupõe a existência de algo que nos inquieta e nos induz curiosidade e este trabalho não constitui uma exceção. Assim sendo, formulou-se o principal objetivo de estudo: Educar a sociedade para a educação especial: um olhar sobre a Surdez.

Os objetivos específicos são: Identificar se quem comunica de forma diferente tem algum tipo de impacto numa sociedade maioritariamente ouvinte, Despertar a consciência para as diferentes formas de comunicação, Asserir (assegurar, contribuir) uma comunicação mais eficaz entre ouvintes e Surdos, Dar a conhecer à comunidade ouvinte a Língua Gestual Portuguesa, Promover a língua gestual portuguesa. Para tal utilizamos uma metodologia qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com a aplicação de um questionário semiestruturado.

As novas conceções de Surdez, trabalhadas pelos autores, dão realce às perspetivas oralistas e gestuais. O acesso à educação das crianças Surdas, ocorre com a criação de estruturas de ensino especial organizadas por tipos de deficiência. A ingressão destas crianças na escola do ensino regular é essencial para o seu desenvolvimento mais eficaz. Vivemos na era em que as culturas se fundem e convivem lado a lado, onde as línguas se misturam e uma imensidão de pessoas se relaciona entre si mas estaremos nós (Sociedade) preparados para aceitar quem comunica de forma diferente?

Os resultados demonstraram que as pessoas Surdas são vistas e concebidas como capazes de realizar a maior parte das tarefas tal como as pessoas ouvintes. Esta situação, decorre em virtude de as pessoas ouvintes, não discriminarem esta deficiência. Denotou-se que na sua maioria, os inquiridos conhece a deficiência, e minimiza-a. É observado, após a análise do estudo que existe um esforço em contribuir para uma comunicação mais eficaz entre as pessoas Surdas e as pessoas ouvintes.

Palavras-Chave: *Surdez, Ensino Especial, formas de comunicação, Língua Gestual Portuguesa.*

## **Abstract**

The development of any research assumes the existence of something that disturbs us and induces curiosity and this work is no exception. Therefore, it was formulated main goal of study: Educating society for special education: a look at Deafness.

The specific objectives are: Identify whether you communicate differently has some kind of impact on a society mostly listener, Raising awareness for the different forms of communication, assert (ensuring contribute) more effective communication between Deaf and hearing, to make known community listener Portuguese sign language, promote Portuguese Sign Language. For this we used a qualitative methodology of exploratory and descriptive, with the application of a semi-structured questionnaire.

The new conceptions of Deafness, worked by the authors highlight the perspectives give oralistas and gesture. The process of education of Deaf children, occurs with the creation of structures of special education organized by types of disabilities. The ingression of these children in regular schools is essential for their development more effective. We live in an age where cultures merge and live side by side, where languages mingle and a multitude of people relate to each other but are we (society) prepared to accept who communicates differently?

The results showed that Deaf people are viewed and conceived as able to perform most of the tasks that people listeners. This situation arises because of hearing people, this deficiency does not discriminate. Denoted that the majority of respondents know the deficiency, and minimizes it. Is observed after the analysis of the study that there is an effort to contribute to more effective communication between Deaf and hearing people.

Keywords: *Deafness, Special Education, forms of communication, Portuguese Sign Language*

## Índice geral

Agradecimentos.....	III
Resumo .....	IV
Abstract .....	V
Índice geral.....	VI
Índice de gráficos.....	VII
Índice de figuras .....	IX
Índice de Anexos .....	X
I Parte – A Surdez .....	1
Introdução.....	1
<i>Capítulo 1. Surdez e Deficiência Auditiva.....</i>	<i>2</i>
<i>Capítulo 2. Breve reflexão sobre a História da Educação Especial e da Língua Gestual .....</i>	<i>8</i>
2.1. <i>Perspetiva Oralista.....</i>	<i>9</i>
2.2. <i>Perspetiva Gestual .....</i>	<i>10</i>
2.3. <i>Comunicação Bimodal .....</i>	<i>13</i>
2.4. <i>Comunicação Bilingue.....</i>	<i>13</i>
2.5. <i>Comunicação Total.....</i>	<i>14</i>
<i>Capítulo 3. O Desenvolvimento da pessoa Surda .....</i>	<i>16</i>
<i>Capítulo 4. O Intérprete de Língua Gestual .....</i>	<i>19</i>
II Parte – Metodologia.....	22
Capítulo 1. Opções metodológicas.....	22
1.1 População /Amostra .....	26
Capítulo 2. Instrumento .....	27
2.1 Breve explicação sobre o questionário .....	28
Capítulo 3. Objetivos de estudo.....	28
3.1. Questão de partida .....	28
3.3. Objetivos específicos.....	29
Capítulo 5. Apresentação dos resultados da amostra de estudo.....	30
Capítulo 5. Discussão de resultados .....	55
Síntese conclusiva.....	58
Bibliografia.....	60
Anexo 1 – guião do questionário.....	63
Anexo 2 - Código de ética de intérpretes .....	70

## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Género dos inquiridos .....	30
Gráfico 2 – Idade .....	30
Gráfico 3 – Área profissional .....	31
Gráfico 4 – Portador de alguma deficiência .....	32
Gráfico 5 - Contacto com pessoas Surdas.....	32
Gráfico 6 – Sentimentos no 1º contacto .....	33
Gráfico 7 - O primeiro pensamento, no contacto com a pessoa Surda.....	33
Gráfico 8 - Dificuldade em comunicar com os Surdos .....	34
Gráfico 9 – Forma de comunicação com a pessoa Surda.....	34
Gráfico 10 - Comunicar com uma pessoa Surda é?.....	35
Gráfico 11 – Definição de Surdez.....	35
Gráfico 12 - Surdez é.....	36
Gráfico 13 - Uma pessoa Surda é .....	37
Gráfico 14 - Uma pessoa Surda não comunica oralmente porque .....	37
Gráfico 15 - Tipos de Surdez existem.....	38
Gráfico 16 - Surdez e deficiência auditiva são a mesma coisa? .....	38
Gráfico 17 – O que é a Língua Gestual Portuguesa.....	39
Gráfico 18 - Linguagem gestual e Língua Gestual, semelhantes?.....	39
Gráfico 19 - A Língua gestual é igual em todos os países? .....	40
Gráfico 20 - Só as pessoas Surdas é que comunicam em língua gestual?.....	40
Gráfico 21 – Qual a função do Intérprete de Língua gestual? .....	41
Gráfico 22 - Integração do filho Surdo na escola, prejudicial?.....	41
Gráfico 23 – Frequência dos Surdos nos estabelecimentos de ensino.....	42
Gráfico 24 – Surdos e a integração no mercado de trabalho.....	42
Gráfico 25 - Uma pessoa Surda pode estar num serviço de apoio ao cliente.....	43
Gráfico 26 – Sentimento perante uma pessoa de atendimento ao público Surda.....	43
Gráfico 27 - Serviço público, e o atendimento por uma pessoa Surda .....	44
Gráfico 28 – Ver um grupo de pessoas Surdas a comunicar entre si.....	44
Gráfico 29 - Quando vê pessoas Surdas a comunicar entre si:.....	45
Gráfico 30 - Será que as pessoas Surdas deveriam aprender .....	45

Gráfico 31 – O aumento da voz faz a pessoa Surda ouvir melhor.....	46
Gráfico 32 - Uma pessoa Surda consegue participar em debates/conferências? .....	46
Gráfico 33 - As pessoas Surdas discutem? .....	47
Gráfico 34 – As pessoas Surdas percebem os programas .....	47
Gráfico 35 - As pessoas Surdas compreendem tudo o que leem? .....	48
Gráfico 36 - As pessoas Surdas escrevem .....	48
Gráfico 37 – Comunicação da pessoa Surda através do telemóvel .....	49
Gráfico 38 – Será que os filhos das pessoas Surdas .....	49
Gráfico 39 - Os atletas Surdos deveriam ingressar nos jogos paralímpicos? .....	50
Gráfico 40 - Uma pessoa Surda deve fazer parte do parlamento europeu? .....	50
Gráfico 41 - As pessoas Surdas devem fazer-se acompanhar.....	51
Gráfico 42 - Uma pessoa Surda pode viver sozinha? .....	51
Gráfico 43 – A Surdez e o toque da campainha.....	522
Gráfico 44 - Acha possível que as pessoas Surdas tenham um cão-guia?.....	52
Gráfico 45 – A pessoa Surda e a condução .....	53
Gráfico 46 - Uma pessoa Surda pode ir sozinha a uma consulta médica .....	53
Gráfico 47 - Uma pessoa Surda necessita de consultas médicas de otorrino? .....	54
Gráfico 48 – A pessoa Surda e o INEM.....	54

## Índice de figuras

Figura 1 - Ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno .....	3
Figura 2 – Separação entre o Ouvido Externo do ouvido médio .....	4

## **Índice de Anexos**

Anexo 1 – Guião do questionário .....	63
Anexo 2 - Código de ética de intérpretes .....	70

## I Parte – A Surdez

### Introdução

Após um período de trabalho árduo e intensa aprendizagem, chegou a hora de aplicar o que nos foi ensinado. Esta dissertação é um ponto de partida para um trabalho de investigação na área da deficiência auditiva e Surdez, abordando temáticas como a Língua Gestual Portuguesa, a Educação Especial e as reservas que a Sociedade tem sobre este assunto.

Vivemos na era em que as culturas se fundem e convivem lado a lado, onde as línguas se misturam e uma imensidão de pessoas se relaciona entre si mas estaremos nós (Sociedade) preparados para aceitar quem comunica de forma diferente?

Nos dias de hoje muito se ouve falar da Educação Especial. Seja nas escolas ou na comunicação social, a Educação Especial faz parte da nossa vida, mas estaremos nós (sociedade) preparados para encarar a Educação Especial como algo “normal” nos dias que correm?

Esta investigação surge da necessidade de diminuir as barreiras comunicativas entre duas comunidades que vivem lado a lado e têm como base a mesma língua, a Língua Portuguesa.

Neste contexto, parece-nos relevante o estudo do conhecimento que a Comunidade Ouvinte tem da Comunidade Surda e da Língua Gestual. Uma vez que a Comunidade Ouvinte é maioritária e que as crianças estão em contacto permanente com a pessoa adulta, julgamos ser importante saber até que ponto os adultos estão “educados” para conviver com quem comunica de maneira diferente.

Por questões de carácter profissional e por motivações pessoais, este tema tornou-se relevante e interessante, tendo-nos levado a aprofundar as suas diversas vertentes e características.

Esta investigação é um ponto de partida para um trabalho de investigação na área da Surdez e deficiência auditiva, que aborda temáticas como o conhecimento que a Comunidade Ouvinte tem da Comunidade Surda e da Língua Gestual Portuguesa.

Tendo em conta que a Língua Gestual Portuguesa é língua oficial do nosso país desde 1997, consagrada na Constituição da República Portuguesa, o que se verifica na Lei Constitucional 1/97, art. 74º, alínea h): “Proteger e valorizar a Língua Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”, é neste sentido que podemos afirmar que a Língua Gestual Portuguesa é “reconhecida como língua através da qual o processo de ensino e de aprendizagem das crianças Surdas portuguesas” (Caldas & Meirinho, p.5, 2009)

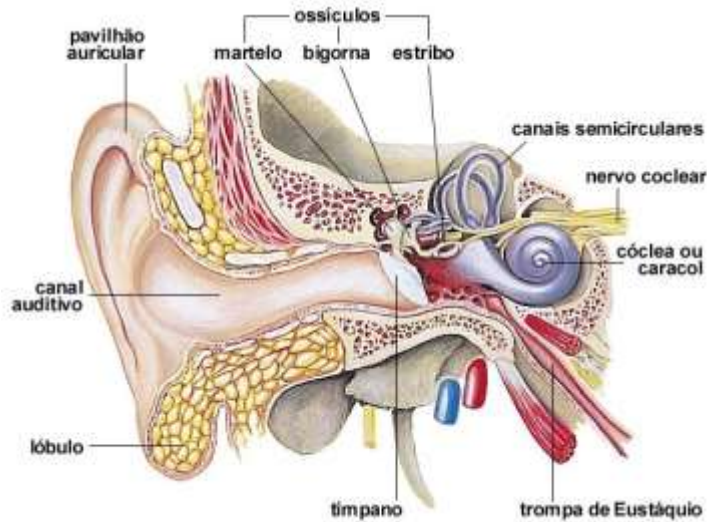
Ao longo deste capítulo far-se-á um breve enquadramento teórico sobre a Surdez, a Língua Gestual Portuguesa e a inclusão das pessoas Surdas na sociedade.

## **Capítulo 1. Surdez e Deficiência Auditiva**

Visto que, ao longo do trabalho, serão tratados conceitos tão diferentes como audição, Surdez, deficiência auditiva, entre outros, achamos pertinente iniciar esta abordagem teórica com uma breve abordagem sobre o ouvido e os seus elementos constituintes.

O ouvido é um órgão sensitivo complexo com dupla função – a audição e o equilíbrio, mas focaremos apenas a da audição uma vez que é sobre isso que este trabalho pretende tratar.

O ouvido está situado na região temporal e é anatomicamente dividido em três partes: ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno.



**Figura 1 - ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno (Fonte: <http://ouveosilencio.files.wordpress.com>)**

O ouvido externo é formado pelo pavilhão auricular e pelo canal auditivo externo. O pavilhão auricular é formado por uma cartilagem elástica, irregular coberta de pele. Ao nível do trago, tem início o canal auditivo externo, que é forrado por pele, apresenta pêlos, glândulas sebáceas e algumas glândulas sudoríporas especiais que produzem a cera ou cerúmen, cuja função é manter a elasticidade do tímpano e reter corpos estranhos. Na sua extremidade interna encontra-se a membrana do tímpano, uma membrana delgada, semitransparente que separa o ouvido externo do ouvido médio.

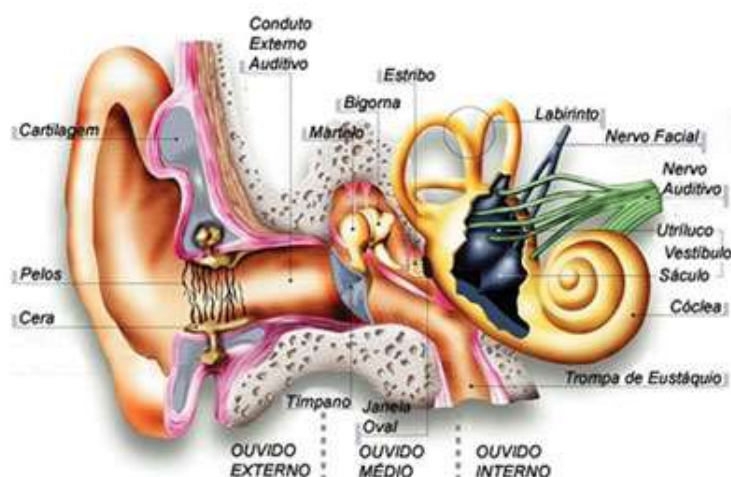


Figura 2 – Separação entre o Ouvido Externo do ouvido médio (Fonte: [www.medicinageriatrica.com.br](http://www.medicinageriatrica.com.br))

O ouvido médio inicia na membrana timpânica, uma pequena cavidade preenchida com ar revestida por uma membrana mucosa, e termina na parede do ouvido interno, onde está inserida a janela oval. À frente, o ouvido médio comunica com a nasofaringe através da trompa de Eustáquio e atrás comunica com as cavidades mastóideas. No seu interior encontramos a cadeia ossicular constituída por: martelo, bigorna e estribo. O martelo está ligado à membrana do tímpano e articula-se com a bigorna, esta com o estribo e este, pela sua extremidade interna (platina), insere-se na janela oval.

Situado no rochedo temporal, o ouvido interno é constituído por um conjunto de cavidades que formam o labirinto ósseo. Dentro deste há cavidades ainda mais pequenas, de paredes membranosas que formam o labirinto membranoso. O labirinto ósseo é formado pelo vestíbulo, pelo caracol ou cóclea, por três canais semicirculares e pelo canal auditivo interno. O labirinto membranoso é formado por todas as partes membranosas existentes nas três cavidades do labirinto ósseo e está preenchido com um líquido claro a que se dá o nome de Endolinfa.

Uma vez que já falamos de todos os elementos constituintes do ouvido, é importante saber, afinal, como se processa a audição e o que é **Ouvir**.

De acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea, **ouvir** é “ter a percepção de um som ou de uma sequência sonora produzida por alguém ou por alguma coisa através dos ouvidos ou do sentido da audição”, vamos então descobrir como isto se processa. O som é formado por ondas de pressão que se deslocam através do ar, líquidos e sólidos. Quando se dá a vibração do ar e essa vibração atinge o ouvido, desencadeia uma série de movimentos consecutivos ao longo do aparelho auditivo. Quando a membrana do tímpano transmite as oscilações através da cadeia ossicular do ouvido médio à janela oval, estas oscilações provocam vibrações na endolinfa e na perilinfa, ativando as funções das células sensoriais auditivas e das células ciliadas do órgão de Corti. Estas células ciliadas são o recetor que converte o movimento em impulsos nervosos, estes impulsos são levados ao cérebro pelo nervo auditivo onde são decodificados (Amaral & Coutinho, 2002).

Se, de uma forma simples e sucinta, ouvir é captar sons através do ouvido, será que **deficiência auditiva** e **Surdez** são a mesma coisa? Tendo em conta que, de uma maneira geral, a população confunde estes dois conceitos, achamos por bem fazer aqui a distinção para que não restem dúvidas das diferenças que estes dois conceitos têm entre si.

Segundo Davis & Silverman (1996), os níveis de audição e os graus de audição são agrupados da seguinte forma:

- 👂 Audição normal – entre os 0 e os 24 dB
- 👂 Deficiência Auditiva Leve – entre os 25 e os 40 dB
- 👂 Deficiência Auditiva Moderada – entre os 41 e os 70 dB
- 👂 Deficiência Auditiva Severa – entre os 71 e os 90 dB
- 👂 Deficiência Auditiva Profunda – acima dos 90 dB

Assim, e considerando diversos autores que se baseiam nesta divisão, considera-se **deficiência auditiva** quando as perdas têm níveis leves, moderados e severos e **Surdez** as perdas com níveis profundos, ou seja, quando as perdas auditivas são superiores a 90dB.

Uma vez que já abordamos os diferentes níveis e graus de audição, parece-nos pertinente fazer referência aos diferentes tipos de Surdez uma vez que esta pode ter diferentes causas.

Segundo Marchesi (1987) a Surdez de Transmissão é aquela em que os transtornos auditivos estão situados no ouvido externo ou no ouvido médio. Os problemas do ouvido externo podem ser devidos à inexistência do pavilhão auditivo, por algum tipo de malformação congénita do canal auditivo ou pela presença de secreções inadequadas ou corpos estranhos. A extração de corpos estranhos pode fazer recuperar a audição, caso não deixe lesões. Os problemas do ouvido médio estão normalmente associados a infeções, bloqueios da trompa de Eustáquio que produzem uma otite média e impedem a vibração satisfatória em resposta às ondas sonoras. De um modo geral, a Surdez de Transmissão não é muito grave e pode ser superada através de tratamentos ou operações cirúrgicas. No entanto, estes resultados dependem da rapidez da intervenção. As principais causas deste tipo de Surdez são a má formação do pavilhão, ou do canal auditivo externo, ou obstruções deste e lesões ou mau funcionamento da cadeia de ossículos por otites repetidas ou traumatismos que levaram à rutura do tímpano. Neste género de Surdez, a deficiência nunca é total pois a voz alta é sempre audível. Não ocasiona grandes perturbações da fala, porém, pode causar perturbações de comportamento e dificuldades de adaptação ao meio escolar cujo ensino é baseado na oralidade.

A Surdez Neuro-Sensorial, tal como refere Marchesi (1987) tem um prognóstico mais complicado, é mais grave e tem um carácter permanente. Neste tipo de Surdez estão incluídos os problemas que afetam os órgãos de perceção, ou seja, o ouvido interno, a cóclea, o nervo auditivo ou as zonas auditivas do cérebro. Esta Surdez é frequentemente bilateral e congénita podendo as suas principais causas ser de cariz energético (síndromas, fragilidades ósseas, etc.), pré-natal (rubéola, gripe, afeções virias, medicamentos ototóxicos, entre outros), neonatal (prematuridade, incompatibilidade de RH, etc.) e pós-natal (meningite, sarampo, papeira, medicamentos ototóxicos e traumatismos). A Surdez neuro-sensorial, que pode

ser local, ocasiona grandes perturbações da fala e, quando congénita, a criança não pode aprender a falar.

Para além destes dois tipos de Surdez, há ainda a considerar a Surdez Mista que ocorre por, simultaneamente, lesão do aparelho de transmissão e de perceção.

Referidos já os diferentes níveis e graus de Surdez bem como a localização, falta-nos ainda salientar a classificação pela idade, que poderá ser pré-linguística – congénita ou adquirida antes do desenvolvimento da fala ou pós-linguística – se adquirida após a aprendizagem e desenvolvimento da fala, e etiologia da Surdez que pode ser hereditária ou adquirida.

## **Capítulo 2. Breve reflexão sobre a História da Educação Especial e da Língua Gestual**

Durante um longo período de tempo, os cuidados prestados às pessoas com deficiência tinham lugar nas suas próprias casas ou em instituições asilares e/ou hospitalares de carácter segregado e assistencial. A pessoa com deficiência era vista como um ser estranho, eventualmente prejudicial, que convinha afastar da vida coletiva. As medidas de que era objeto revestiam-se do carácter de ajuda de tipo assistencial e/ou médico. Nesse sentido, as instituições que lhes eram destinadas prefiguravam-se como os lugares que a sociedade julgava adequados para os esconder e ocupar (Almeida et al., 2009).

Quando ocorre a generalização do acesso à educação, nalguns casos obrigatória, acontece a criação de estruturas de ensino especial organizadas por tipos de deficiência. Tratava-se de um sistema educativo paralelo ao sistema educativo regular e com uma marca estigmatizante, decorrendo em espaços segregados e com a designação de classes especiais (Almeida et al., 2009).

Em Portugal, nos anos 60, a oferta na área da educação das crianças e jovens com deficiência era escassa e em meados dos anos 70 foram implementadas as equipas de ensino especial, que constituíram a primeira medida prática que, mais tarde, veio a permitir o apoio a crianças inicialmente com deficiências motoras e sensoriais e, mais tarde, com deficiências mentais – que permaneciam integradas nas escolas regulares (Bispo et al., 2009).

Nos anos 90 aconteceram avanços importantes no plano legislativo. Estabeleceu-se a obrigatoriedade do cumprimento da escolaridade por todas as crianças, incluindo as portadoras de deficiência.

A Declaração de Salamanca, aprovada em Junho de 1994, constitui uma referência incontornável no percurso de uma escola inclusiva. Esta declaração aborda a questão dos direitos das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais no contexto mais vasto dos direitos do Homem e, por

isso, faz referência a documentos tão fundamentais como sendo a Declaração Universal dos Direitos dos Homens, as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas Deficientes, entre outros. Esta declaração veio esclarecer que as escolas são os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias mas alertou também para o facto de ser necessário dar acesso a todas as crianças à escola para que se possa aumentar com sucesso as probabilidades de êxito educativo e escolar.

O mundo dos Surdos é vasto, peculiar e complexo. Até há algum tempo atrás, os Surdos eram tidos como atrasados mentais ou preguiçosos por não conseguirem falar. Durante cerca de cem anos, a Língua Gestual esteve completamente banida, quer dos centros de ensino, quer das próprias habitações, numa tentativa de os fazer falar a todo o custo (Santana, 2007).

Neste sentido, e com o objetivo de se criar situações de comunicação com os Surdos, surgem várias **perspetivas (oralista, gestual, comunicação Bimodal, comunicação bilingue e, por fim, comunicação total)** que foram evoluindo e se adaptando ao longo dos tempos, conforme as filosofias mais em voga e têm como principal meta ao “encontro” do Surdo (Silva et al., 2003).

Vamos então fazer uma breve abordagem sobre cada uma das perspetivas que acima mencionamos.

### *2.1. Perspetiva Oralista*

O congresso de Milão, realizado em Setembro de 1880 foi um passo muito importante para que fosse instituída, em todo o mundo, a metodologia oralista no ensino dos deficientes auditivos. Neste congresso proclama-se a superioridade do ensino baseado no método oral em relação à utilização manual ou gestual; a palavra é mais importante que os signos, sendo aprovada a seguinte resolução: “O Congresso, considerando que o uso simultâneo da fala e de signos tem a desvantagem de prejudicar a fala, a leitura labial e a precisão das ideias declara que o Método Oral deve ser preferido” (op. cit.)

Jacob Rodrigues Pereira (1715 – 1780) foi criticado por utilizar além da fala, um alfabeto digital, pois segundo Erdnaud, este alfabeto impedia a leitura labial, estragava a articulação, paralisava a atividade orgânica necessária à fala que era útil na sociedade.

A Escola Alemã, na segunda metade do século XIX, defende o Método Oral Puro e sustenta que o gesto manual deve ser banido completamente da educação dos Surdos.

Após o Congresso de Milão, Portugal, tal como Espanha, França e Alemanha mantiveram exclusivamente os princípios do oralismo puro. A revista da Associação Britânica de Surdos classifica de “infame” a resolução de Milão, ao considerar o oralismo como método de comunicação na educação de Surdos.

Em 1958 realiza-se um congresso internacional sobre o tratamento educativo da Surdez, em Manchester, onde surge como alternativa, o método Van Uden (materno-reflexivo) que posteriormente foi adotado em diversos países. Em Portugal, só nos anos 70 é que o método oral foi renovado por meio dos métodos Van Uden e Guberina (verbo-tonal).

Marchesi (1987) refere que as crianças que obtiveram melhores resultados através dos métodos do oralismo puro, foram as que possuíam uma boa audição residual. Pode-se então concluir que o método oral puro não funciona, nem permite obter resultados tal como pretendem os seus defensores.

## 2.2. *Perspetiva Gestual*

A forma de comunicar com as mãos tem como objetivo o domínio precoce da linguagem e de um sistema de comunicação a ser usado com os outros indivíduos deficientes auditivos (Kirk e Gallanger – 1991). No entanto, este método era já utilizado por Pedro Ponce de Leon no século XVI e, mais tarde, por L'Abbée de L'Épée em meados do século XVIII.

A Língua Gestual é a língua natural dos indivíduos Surdos (Martins, 1977) e, por isso, as comunidades de Surdos de cada país desenvolvem a sua Língua Gestual. Apesar de estar proibida em Portugal até cerca dos anos 80, ela continuou a desenvolver-se clandestinamente nos intervalos do colégio de ensino especial, em particular no instituto Jacob Rodrigues Pereira, tal como constata Martins (1977). Esta autora refere-nos ainda que os estudos linguísticos e psicológicos realizados nos anos 60 noutros países, mostram que a língua gestual é uma língua como as línguas orais, com uma estrutura gramatical própria, e acrescenta ainda que outros estudos efetuados na área da neurologia, provam que a língua gestual se organiza nas mesmas áreas cerebrais que as línguas orais (Silvestre, Souza, Regina , 2007)

Em Portugal e, tendo como base o estudo da Fundação Gulbenkian (1984), às crianças surdas a quem foi proibido a utilização da língua gestual verificou-se que estas não desenvolveram a capacidade da linguagem nem do português, por ausência de audição e de perceção da língua falada, nem da fala e, em consequência, não desenvolveram as suas capacidades cognitivas, afetivas e de integração social. Esta opinião chegada pelos nossos investigadores já tinha sido confirmada por Marchesi (1981), apresentada por Jiménez e Prado (1987) que após uma ampla revisão bibliográfica verificou que a maioria dos trabalhos indica que a experiência precoce com a língua gestual favorece a aprendizagem da leitura e escrita, principalmente por exercer um efeito positivo sobre o desenvolvimento cognitivo da criança. Há vantagens para o desenvolvimento cognitivo linguístico da criança, pois também o facilita em determinadas áreas tendo em conta que favorece a criança pequena nas suas competências linguísticas, o que lhe irá permitir a aquisição progressiva da linguagem oral de forma simples, uma vez que a língua gestual proporciona à criança, durante os seus primeiros anos, uma estimulação linguística que favorece o desenvolvimento das estruturas neurológicas e processos básicos de linguagem. Da mesma forma que se proporciona uma aprendizagem formalizada de língua portuguesa aos ouvintes, também aos alunos Surdos se deveria proporcionar uma aprendizagem formalizada da língua gestual, uma vez que esta é a sua língua natural, tal como defende Maria Augusta Amaral

(2005), diretora do Instituto Jacob Rodrigues Pereira. Para esta autora, a língua gestual é uma língua de Surdos, aquela que eles aprendem.

Martins (1977) defende que as crianças Surdas devem, numa primeira fase, interiorizar a Língua Gestual Portuguesa como língua materna, que é adquirida naturalmente, pelo contacto com adultos e crianças Surdas que sejam “nativos” de Língua Gestual Portuguesa. Este contacto teria como consequência o desenvolvimento do sistema linguístico e cognitivo na interação comunicativa com os que a rodeiam, mantendo assim, uma vida afetiva e social “normal”.

Não podemos esquecer que existem obstáculos pedagógicos e culturais que envolvem a língua gestual e a educação dos Surdos. Estes preconceitos, como refere Sérgio Niza (1991) aquando da edição do gestuário mencionando Peter Jones, são os seguintes:

- ☞ “Há uma linguagem gestual universal”;
- ☞ “A linguagem gestual deriva de imagens visuais”;
- ☞ “A linguagem gestual é apenas um número infinito de gestos”;
- ☞ “A linguagem gestual limita-se a acompanhar a decifração da linguagem oral”
- ☞ “A linguagem gestual não tem gramática”

Convém referir que cada país tem a sua própria língua gestual e que, em alguns países apenas 40% do vocabulário gestual é icónico. Salientamos também que a língua se desenvolve de uma forma sequencial e estruturada e que os signos gestuais não são derivados nem traduzidos da expressão oral e a sua organização sintática é diferente. Focamos ainda que as línguas gestuais têm, em muitos países, uma gramática própria, descritiva e formalizada. Desta forma, consideramos pertinente ressaltar que, ao falarmos de linguagem gestual estamos a referir-nos a todas as expressões corporais e faciais inerentes ao ser humano que, embora ajude no processo comunicativo e na interação com os pares, não tem qualquer significado gramatical.

Martins (1977) realça o facto de que a maioria das crianças Surdas nasce de pais ouvintes, que desconhecem a língua gestual, não podendo portanto,

proporcionar-lhes de imediato (contrariamente aos pais Surdos) um meio linguístico adequado às suas necessidades. Seria conveniente para a criança e para estes pais contactarem com a comunidade Surda para que, em conjunto, pudessem facilitar à criança a aquisição da sua língua materna. O contacto com a Língua Gestual Portuguesa deveria ser mantido durante a fase de aquisição e desenvolvimento da linguagem e igualmente durante a aprendizagem da leitura e da escrita.

Nos meios educativos, só recentemente é que a língua gestual adquiriu o estatuto de língua viva e o direito ao uso da Língua Gestual Portuguesa só foi reconhecido na revisão da Constituição Portuguesa em Julho de 1997.

### *2.3. Comunicação Bimodal*

Tanto a perspetiva oral como a gestual, têm a sua função e especificidade na educação da criança Surda. Mais recentemente, começou a ser usado o termo Comunicação Bimodal, simultaneamente para se referir o uso da forma oral e da forma gestual, adotando a estrutura sintática da linguagem oral acompanhando a da língua gestual. Na Comunicação Bimodal não é necessário, em princípio, gestualizar todas as palavras da linguagem oral. A este respeito Niza (1991) afirma que há um desprezo pela gramática da língua gestual. A Comunicação Bimodal foi criada para fins didáticos a que ele chama de “português gestualizado”.

Meadow (1982) afirma que o bimodalismo é um modelo reconciliado entre a língua gestual pura e o oralismo puro, que tem como objetivo reproduzir e desenvolver a linguagem oral através da introdução da língua gestual.

### *2.4. Comunicação Bilingue*

Este tipo de comunicação fundamenta-se no emprego alternativo de duas línguas que diferem na maioria das suas características linguísticas. Segundo

Marchesi (1987) o modelo bilingue utiliza a língua gestual como primeira língua e a linguagem oral como segunda língua. A utilização da língua gestual como língua materna permite o desenvolvimento cognitivo e emocional que facilita a comunicação.

O ensino bilingue (língua gestual nacional/língua nacional) aos Surdos, ao contrário do ensino oralista, tem revelado excelentes resultados em países como os Estado Unidos, Finlândia, Suécia, França, Inglaterra. Em Portugal, a sua implantação ainda está muito no início. O Instituto Jacob Rodrigues pereira foi um dos pioneiros no desenvolvimento do ensino bilingue para os Surdos, tendo vindo a ser adotado este método de ensino em cada vez mais escolas em todo o território nacional.

Segundo Sérgio Niza (1991), para as crianças surdas terem uma escolaridade com sucesso, é preciso proporcionar-lhes precocemente o domínio da língua portuguesa escrita, como segunda língua, sendo a primeira a língua gestual, tornando-os Surdos bilingues. No entanto, este autor não deixa de alertar que o realce da produção escrita deve ser superior ao da leitura, para que haja um desenvolvimento da escrita funcional onde as crianças ganham maior capacidade para conhecer a estrutura da língua e, conseqüentemente, compreensão aprofundada da leitura.

## *2.5. Comunicação Total*

De 31 de Julho a Agosto de 1975, em Washington, teve lugar o VII Congresso da Federação Mundial de Surdos em que se defende e afirma a superioridade do uso da Comunicação Total sublinhando “assegurados com o seu emprego os direitos dos Surdos como um grupo social homogéneo com a sua própria linguagem e a sua própria personalidade”. Tendo em conta esta linha de pensamento e tomada de posição por parte das comunidades Surdas presentes no Congresso acima referido, foi recomendada uma nova metodologia para o tratamento dos alunos privados da audição uma vez que a Comunicação Total tem como objetivo harmonizar todos os recursos (orais,

dactilológicos, mímicos, escrita, entre outros) que promovam uma melhor qualidade de vida e de comunicação entre a comunidade Surda e ouvinte.

De acordo com Niza (1991) e Denton (1970), a Comunicação Total é o vingar de um direito que a criança Surda tem em aprender a utilizar todas as formas de comunicação que lhe proporcionem e assegurem um melhor e mais eficaz desenvolvimento da sua capacidade linguística. E tal como refere Hansen (1990) ao longo de toda a sua obra, o Surdo deverá ser capaz de utilizar o meio de expressão com o qual se sente mais confortável sem que com isso seja prejudicado.

Em 1976, a conferência de Administradores das Escolas Americanas para o Deficiente Auditivo definiu Comunicação Total como “uma filosofia que requer a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais adequados para assegurar a comunicação eficaz com e entre as pessoas deficientes auditivas” tal como refere Kirk e Gallanger (1991). A utilização da Comunicação Total implica que não se deve negligenciar nenhum meio que permita melhor comunicação com o deficiente auditivo, estimulando-se o desenvolvimento linguístico permitindo que a criança tenha acesso ao maior número de códigos possíveis. Esta forma de comunicação deve ser iniciada logo no princípio, desde que seja detetada a Surdez, estando todas as pessoas que rodeiam a criança metidas no processo, sejam eles pais, vizinhos, familiares, educadores, médicos.

Esta filosofia está em Portugal a dar os seus primeiros passos, aos poucos, gradualmente, está a difundir-se pelas instituições, quer sejam oficiais ou particulares. Esta filosofia vai ao encontro, não só dos anseios da comunidade surda como da comunidade ouvinte permitindo que cada uma se ajuste à outra e se estabeleçam entre elas verdadeiros laços de amizade, solidariedade e interajuda.

É possível que com este tipo de comunicação as relações intergrupais atinjam a sua plenitude. A nível individual, social e académico, a criança Surda só tem a lucrar com esta perspectiva de educação.

Sabemos que o uso da linguagem permite ao seu humano obter explicações sobre o funcionamento do mundo e sobre as razões comportamentais dos indivíduos, exercendo uma importante função interpessoal que permite o pensamento, a formação e o reconhecimento de conceitos, a resolução de problemas e a aprendizagem consciente. Desta forma, consideramos importante que, independentemente da metodologia de ensino adotada, o acesso à língua materna e à utilização confortável de qualquer código comunicativo, seja parte integrante e fundamental da educação e socialização das crianças, jovens e adultos.

### **Capítulo 3. O Desenvolvimento da pessoa Surda**

Segundo Moores (apud Marchesi 1987, pp. 33-34), a história dos estudos do desenvolvimento cognitivo dos Surdos no que se refere à relação pensamento/linguagem é marcada por três etapas. A primeira representada por Pintner na década de 1950, é baseada em orientação psicométrica e indica que os Surdos têm um menos nível de inteligência e uma diferente forma de raciocinar. Na segunda etapa, década de 1960, os estudos Myklebust ressaltam que, embora Surdos e ouvintes tenham obtido os mesmos resultados em provas não-verbais, os primeiros apresentam uma maior vinculação ao concreto e dificuldade para a generalização e pensamento abstrato. A terceira etapa é atribuída a Furth (final dos anos 60), que, influenciado pelas ideias piagetianas, realiza importantes mudanças ao afirmar que a atividade cognitiva do Surdo é igual à do ouvinte, atribuindo as diferenças encontradas às experiências comunicativas. Esse estudioso concluiu que a Surdez e a falta de linguagem não impedem, necessariamente, o desenvolvimento intelectual.

As consequências da deficiência auditiva atingem principalmente a fala e a linguagem oral, mas também outras áreas que concernem à psicologia auditiva, como por exemplo a nível de relações afetivas, interação social e relacionamento entre pares.

A Surdez tem efeitos não só ao nível da fala e da elaboração da linguagem verbal, mas também, a outros níveis, tais como no plano do pensamento, no plano afetivo, no plano comportamental e mesmo social.

As crianças com Surdez fazem a exploração do meio ambiente através dos vários sentidos. O auditivo pode e deve ser rentabilizado com o recurso às próteses auditivas, no entanto, a criança explora o seu meio ambiente com a visão e quando esta lhe oferece muitas solicitações, ela distrai-se facilmente. Por esta razão ela tem necessidade de um ambiente seguro, de alguém que seja para ela garantia de alerta de um ambiente estável, sem surpresas, para manter a sua atenção no que faz.

A criança ouvinte executa os ritmos e os movimentos de forma diferente da criança Surda, pois esta tem dificuldade em estabelecer relações de causa e efeito, têm dificuldade em programar os seus movimentos e, muitas vezes, vai contra objetos que a rodeia.

Van Der Velden, (1983), diz que o desenvolvimento motor é o mesmo nas crianças ouvintes e nas crianças Surdas. No entanto, a maioria da literatura descreve-as como apresentando alguns problemas de desequilíbrios e de apresentarem desvios significativos na coordenação motora, embora suscetíveis de recuperação/normalização total ou parcial.

A acuidade auditiva limita algumas das atividades de expressão humana, quer sejam comportamentos de comunicação quer sejam da linguagem ou inteligência. A descodificação dos sons e dos ritmos são importantes para a aquisição da linguagem ou da inteligência, por isso, para além da perceção auditiva, temos que considerar que a integração e a retenção rítmica são problemas de adaptação temporal.

A criança passa de um ritmo agitado e descontrolado a um organizado e preparado encontrando-se, então, nesta altura capaz de desenvolver respostas adequadas às situações de aprendizagem da leitura, escrita e do cálculo.

Assim, algumas dificuldades de adaptação escolar podem estar presentes em problemas de audição, como seja, a confusão de sons, o timbre, a

modificação de tonalidade, etc. Resultando também em atraso de linguagem e problemas de memória. A esta última ligam-se atividades que exigem fixação, reconhecimento, retenção, por exemplo, de experiências vividas que têm uma ligação temporal, capaz de condicionar o comportamento do Homem. Tudo isto arrasta consigo problemas de aprendizagem. As crianças Surdas podem pensar com lógica sem um sistema de linguagem, mas o domínio deste sistema é de grande ajuda na solução ou no desempenho académico.

É certo que para o Surdo, a leitura é uma aprendizagem difícil, mas possível. Quando a criança Surda inicia a sua aprendizagem na leitura difere na criança ouvinte pois tem um vocabulário muito pobre, pouco conhecimento da sintaxe das frases, dificuldades nos fonemas e limitações de capacidade figurativa, das expressões idiomáticas e das metáforas. Todos estes fatores constituem limitações evidentes para a compreensão do significado de um texto. A expressão escrita também é muito deficiente, devido às suas dificuldades de linguagem oral e da compreensão da leitura.

Apesar de todas estas dificuldades na aprendizagem da criança Surda, convém referir que a integração educativa se baseia na premissa da manutenção do currículo comum para todos os alunos. No entanto, os alunos não são iguais, possuem dificuldades e níveis diferentes de aprendizagem, pelo que é necessário fazer uma adequação do currículo consoante as necessidades específicas de cada aluno.

De acordo com Vieira (1993) a integração da pessoa com deficiência requer uma participação ativa na comunidade bem como ter acesso a todas as infraestruturas e serviços inerentes à vida quotidiana de todo e qualquer ser humano.

No caso das crianças com deficiência, a escola tem também o papel de reabilitar ou restabelecer uma pessoa no seu antigo estado, quando existente, ou de ajudar, nos casos de deficiência congénita, a criança a ajustar-se o melhor possível ao ensino. A reabilitação encontra-se então como uma parte integrante de um sistema educativo. O seu fim é o máximo desenvolvimento dos resíduos potenciais da pessoa com limitações.

A inclusão de pessoas com deficiência é um direito inalienável que é eloquentemente sintetizado na Declaração de Salamanca em 1994. Na declaração de direitos da pessoa com deficiência consta-se que: “Qualquer que seja a origem, natureza e gravidade das suas deficiências e dificuldades, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade”. (op. cit. s/d: p.111)

#### **Capítulo 4. O Intérprete de Língua Gestual**

O indivíduo não nasce membro da sociedade, mas sim com a predisposição para a sociabilidade, tornando-se, pouco a pouco, membro da mesma. O processo pelo qual passa até se tornar membro integrante da sociedade designa-se de socialização. A socialização é a assimilação de hábitos característicos do seu grupo social, todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria. É um processo contínuo que nunca se dá por terminado, realizando-se através da comunicação, sendo inicialmente pela “imitação” para se tornar sociável.

Uma vez que vivemos numa sociedade maioritariamente ouvinte, os Surdos deparam-se com um grave problema, a comunicação oral. Embora a língua materna dos Surdos seja a Língua Gestual, é numa sociedade ouvinte que eles se encontram e, quase obrigatoriamente, precisam comunicar através da língua oral.

Alguns Surdos são bilingues, isto é, utilizam as duas línguas, oral e gestual, para comunicar; no entanto nem todos o são e nem sempre conseguem transmitir o que desejam com facilidade. É a este nível que surge o Intérprete de Língua Gestual como elo de ligação entre as comunidades Surda e Ouvinte de modo a que se consiga estabelecer a integração das pessoas Surdas na sociedade e que ambas as comunidades possam comunicar entre si tudo aquilo que desejam.

Tendo em conta a Lei nº 89/99 “Consideram-se intérpretes de Língua Gestual Portuguesa os profissionais que interpretam e traduzem a informação de língua gestual para língua oral ou escrita e vice-versa, de forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes”. O intérprete de língua gestual tem como função facilitar a comunicação entre a comunidade Surda e a comunidade ouvinte, para que a convivência em sociedade se faça de forma natural e espontânea.

O Intérprete de Língua Gestual faz a ponte entre duas comunidades, a Ouvinte e a Surda, traduzindo e interpretando a mensagem que cada elemento de uma comunidade quer fazer passar à outra. O intérprete é obrigado a dominar as duas línguas, língua portuguesa e língua gestual, para efectuar uma tradução fiel, respeitando o nível de vocabulário utilizado por todos e por cada um dos interlocutores. A tradução deve adequar-se ao nível linguístico dos interlocutores, ou seja, se uma pessoa tem um discurso formal, eloquente, e/ou elaborado, a tradução, seja ela de língua portuguesa para língua gestual ou vice-versa, deve ser realizada com o mesmo vocabulário e com a mesma carga emotiva que o emissor coloca na mensagem original. Manter a coerência original entre os dois discursos e transmitir a informação de forma fiel e fidedigna torna o trabalho do intérprete num desafio diário e contínuo. Não compete ao intérprete prestar qualquer tipo de esclarecimentos sobre a mensagem que está a traduzir ou a ser traduzida, compete sim ser imparcial e fiel ao código de ética<sup>1</sup> que regula a sua conduta profissional.

A presença do intérprete de língua gestual na sociedade é de grande importância uma vez que este é um meio essencial para uma boa comunicação entre duas comunidades que, durante muitos anos, andaram lado a lado mas sempre de costas voltadas, devido aos problemas de comunicação. Com o aparecimento dos intérpretes de língua gestual, a comunicação, aos poucos, foi-se facilitando, dando origem a uma melhor compreensão por parte quer da comunidade ouvinte, quer por parte da comunidade surda., havendo por isso uma melhor interação e relacionamento entre as duas comunidades já referidas e proporcionando à comunidade surda um maior e melhor acesso aos serviços

---

<sup>1</sup> Em anexo

básicos e fundamentais a que todo o ser humano tem direito para a sua sobrevivência.

A nível educacional, o intérprete é muito mais do que um intérprete, é um educador também responsável pelo crescimento do conhecimento dos alunos Surdos. Um intérprete neste contexto tem de desenvolver um trabalho juntamente com os professores e a restante equipa que acompanha esses alunos. O intérprete de língua gestual tem conhecimento da cultura e dificuldades da comunidade Surda, podendo assim ajudar os professores a desenvolver as técnicas necessárias para um melhor aproveitamento e sucesso escolar dos alunos Surdos. Assim sendo, o intérprete não faz apenas a ponte entre professores, alunos Surdos e restante comunidade escolar mas tem também um papel importante no crescimento pessoal e intelectual dos alunos.

Tanto a nível de socialização como a nível escolar, o intérprete deve ter a capacidade de síntese e análise para que, reservando a continuidade e o sentido dos discursos, consiga não só manter o ritmo do discurso da intervenção mas também interpretar a mensagem para que não haja perda nem deturpação da informação.

Aliada à integração da pessoa Surda na sociedade e na comunidade escolar, torna-se fundamental a existência de um intérprete de língua gestual a acompanhar os Surdos de modo a garantir o cumprimento dos artigos 13º - Princípio da Igualdade, 43º - Liberdade de Aprender e Ensinar, 73º - Educação, Cultura e Ciência (alíneas 1 e 2), 74º - Ensino (alíneas G e H), todos eles da Constituição da República Portuguesa.

Assim sendo, podemos dizer que a importância do intérprete de língua gestual é fulcral numa sociedade que luta e se esforça pela não discriminação e pela integração total e plena das minorias Surdas que, não só elas beneficiam com a presença do intérprete, mas também toda uma sociedade beneficia do seu trabalho e contributo para uma melhor qualidade de vida em sociedade para todos.

## II Parte – Metodologia

### Capítulo 1. Opções metodológicas

Esta dissertação apoia-se, em termos metodológicos, num formato de pesquisa não experimental, com uma génese metodológica de estudo de caso e com recolha de dados quantitativos.

A pesquisa exploratória segundo Santos (1991) é o estabelecimento do primeiro contato com o tema em análise, com os sujeitos investigados e com as fontes secundárias.

A pesquisa exploratória tem por objetivo compreender as motivações que levam a determinadas atitudes e comportamentos das pessoas, proporcionando um melhor entendimento do problema a estudar.

Como o objetivo principal da pesquisa exploratória é encontrar caminho, hipóteses de investigação é flexível.

O investigador fica alerta para reconhecer as inter-relações entre as informações que vai recolhendo para encontrar novas ideias. Os principais métodos utilizados nos estudos exploratórios são: levantamento em fontes secundárias (levantamento documental e bibliográfico), levantamento de experiências, através de entrevistas em profundidade, direta, semiestruturada e não estruturada, e estudo de casos, segundo Yin (1994) o estudo de caso propõe-se a investigar um fenómeno atual, onde o limite entre o fenómeno e o contexto não são claramente conhecidos e contribuiu para a construção de teorias. No sentido em que as evidências empíricas devem gerar *feedback* para a teoria. Justifica-se a aplicação de estudo de caso em determinados contextos: a possibilidade de responder a perguntas do tipo como? e porquê? Ou seja, compreender a natureza e complexidade do processo em estudo.

A unidade de análise, nos estudos de caso, pode ser composta por grupos ou organizações ou por projetos, a determinação da unidade deve ser resultante de uma análise cuidadosa das questões da investigação, o

investigador tem de decidir entre a utilização de caso único ou de múltiplos casos, a nossa investigação decidiu-se por estudo múltiplos de casos, uma vez que se pretende a descrição de um fenómeno, a construção de uma teoria (Yin, 1994).

Denzin e Lincoln (1994) definem a investigação qualitativa como multimetódica, uma vez que envolve uma perspetiva interpretativa, construtivista e naturalista face ao seu objeto de estudo.

Este facto predispõe os investigadores qualitativos ao estudo da realidade no seu contexto natural, procurando dar-lhe sentido, interpretando os fenómenos de acordo com os significados que têm para os sujeitos envolvidos. Uma das principais preocupações foi definir a metodologia, decidir qual a natureza do estudo. Tendo em conta os objetivos da investigação optamos por uma abordagem de natureza mista. Uma abordagem centrada essencialmente nos aspetos qualitativos e nos complementares quantitativos. O nosso estudo pretende, escrever e interpretar a sociedade para a educação especial: um olhar sobre a Surdez.

Os objetivos propostos levam-nos à utilização de uma metodologia mista onde se utiliza o paradigma qualitativo, capaz de descrever e compreender fatos pelo seu relacionamento e comparação (Reichard & Cook cit Carmo & Ferreira, 1998, p. 177) resume o paradigma qualitativo às seguintes características:

Emprego de métodos qualitativos; fenomenologismo (compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vistas daquele que atua); observação naturalista e sem controlo; subjetivo; próximo dos dados (perspetiva a partir de dentro); fundamentado na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo e indutivo; orientado para o processo; válido: dados reais, ricos e profundos; não generalizável: estudo de casos isolados; holístico; assume uma realidade dinâmica.

Intentaremos assegurar a qualidade e confiabilidade do presente estudo através da triangulação de dados, processo indutivo aqui experimentado (Bogdan & Biklen, 2006, p. 73).

Dos dados e dos investigadores (recorrendo a fontes de informação diversificadas na recolha e análise de dados.

Das teorias (recorrendo a várias perspetivas teóricas).

Das Técnicas (na recolha e análise de dados).

Segundo Bogdan e Biklen (2006), a investigação qualitativa possui cinco características:

- Os dados são recolhidos pelo investigador no seu contexto natural.
- Os dados recolhidos são, essencialmente, de carácter descritivo.
- Em metodologia qualitativa o processo é, pelo menos, tão relevante como os resultados.
- A análise dos dados é feita de forma indutiva.
- O investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às experiências.

A pesquisa em causa, ocorre em três momentos: as construções do quadro teórico, resultantes do apanhado dos principais estudos científicos já realizados e de grande importância, porque nos fornecem dados atuais e importantes para a investigação, pelas técnicas de recolha de dados, e pelas fontes de informação: aplicação de questionários.

De qualquer forma, Reichardt e Cook (1986) referem que o investigador não é obrigado a optar por um método exclusivo quantitativo ou qualitativo, poderá portanto combinar o seu uso.

Tem como objetivo final estabelecer um confronto crítico entre a realidade observada e o quadro de referência teórico da investigação.

Baseado num consenso de diversos investigadores quanto ao número de dimensões presentes no clima organizacional, e a maior parte dos investigadores concorda com quatro dimensões:

1. A autonomia individual – a responsabilidade individual, o nível de independência dos indivíduos e a rigidez das normas organizativas.
2. O grau de estrutura imposta pelo cargo – a forma como são estabelecidos os objetivos e os métodos de trabalho pela direção.

3. O tipo de recompensas – diz respeito à forma como são promovidos os membros da instituição.
4. Consideração, calor, apoio – a forma como a direção apoia os seus colaboradores/empregados.

Na ótica de Yin (1994) podemos identificar quatro categorias ou interesses inerentes à realização de estudos de caso: estudos exploratórios (investigar fenómenos pouco conhecidos para identificar variáveis importantes e gerar hipóteses para investigações futuras e mais alargadas); estudos explanatórios (incidem na explicação de forças que originam o fenómeno em estudo e procuram identificar redes plausíveis de causas que o afetam); estudos descritivos (procura-se documentar o fenómeno de interesse); estudos avaliativos (visam prever os resultados de um fenómeno e prever situações e comportamentos resultantes do fenómeno).

Podemos enquadrar o nosso estudo na lógica supracitada, uma vez que o seu carácter exploratório se concebe na perspetiva de continuidade que percebemos como imprescindível a esta investigação.

Para além do referido, temos a consciência que desta fase exploratória podem emergir questões suscetíveis de alargar os nossos objetivos e melhorar a nossa investigação, reforçando a explicação de forças que originam o fenómeno em estudo e procuram identificar redes plausíveis de causas que o afetam.

Os objetivos propostos levam-nos à utilização de uma metodologia designada por paradigma qualitativo, capaz de descrever e compreender fatos pelo seu relacionamento e comparação, atrás referido.

Segundo Yin (1989) devemos ser muito cautelosos na abordagem, uma vez que não são considerados registos rigorosos de uma situação ou evento, a sua utilização deve ser planeada e sistematizada de forma a aumentar as evidências resultantes de outras fontes.

São instrumentos facilitadores da comunicação e no estabelecimento correto de títulos, nomes das organizações estudadas, evitando inferências que

podem resultar da mesma análise, como por exemplo estar bem claro para quem determinados apontamentos, atas ou memorandos eram enviados.

Segundo Yin (1989) a análise de evidências no estudo de caso, é muito difícil por ser um dos menos desenvolvidos, devido à não existência clara de uma visão das evidências e por isso dificultar a investigação. “*Objetivo final da análise é o de tratar as evidências de forma adequada para se obter conclusões analíticas convincentes e eliminar interpretações alternativas*” (Yin, 1989, p. 106), o autor apresenta duas estratégias para análise das evidências:

- A confiança nas proposições teóricas, seguir as proposições teóricas do autor é a melhor estratégia para análise das evidências, porque ajudam o investigador a analisar os fatos, não perdendo de vista o foco da investigação.
- Desenvolvimento da descrição do caso, este ponto tem por base a construção de um esquema que pode ajudar identificar e quantificar eventos a partir de um padrão geral

É pertinente referir que foi elaborado questionário de raiz, teve uma pré-aplicação e das poucas sugestões, surgiu o inquérito final que foi aplicado no estudo.

### 1.1 População /Amostra

Por universo ou população entende-se o conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões, refere-se a conceitos que estão associados. No nosso estudo o universo é formado por todas as pessoas do Concelho de Lisboa, do distrito do Lisboa.

Dada a impossibilidade material e temporal de estudar o universo, esta investigação circunscreveu-se a uma realidade específica, constituindo os respondentes, a nossa população alvo. Para Reis, Andrade e Calapez (1996) a população alvo refere-se à totalidade dos elementos sobre os quais se pretende recolher determinada informação. Neste sentido a população constitui a parte do universo que se pretende estudar.

O conceito de amostra é entendido como a parte dos casos que constituem o universo. De acordo com Vairinhos (1995, p.120), “*A amostra é sempre formada por um subconjunto finito da população, escolhido segundo um método especificado sem ambiguidades e cujos elementos e só esses, são objeto de observação e medição. É com base nas observações feitas sobre os elementos da amostra que se constroem as proposições de inferência estatística*”. Nesta investigação utilizou-se o método de amostragem por conveniência, em que os casos escolhidos são os casos facilmente disponíveis, sendo a amostra constituída pelos inquiridos, que responderam ao inquérito e que assim se constituíram objeto de estudo.

A escolha da organização para a realização deste estudo baseou-se no critério de conveniência. Foi efetuada a proposta de estudo aos respondentes, assumindo-se como condição o anonimato dos mesmos, sendo a utilização dos dados exclusiva para fins académicos e científicos. (Questionário em anexo)

## **Capítulo 2. Instrumento**

A identificação e utilização de instrumentos de recolha de dados são cruciais para a obtenção de dados de qualidade que permitam uma análise eficaz e eficiente, que se traduzirá em conclusões consistentes e fiáveis. Em particular, perante a utilização de uma metodologia que considera a recolha de dados quantitativos, é considerada vantajosa a utilização de instrumentos já validados em estudos anteriores. Para a realização deste estudo foi utilizado um questionário.

A nota introdutória tinha como finalidade esclarecer os participantes sobre o propósito do questionário, tendo sido acautelados os pressupostos citados por Hill e Hill (2002), nomeadamente a declaração formal do anonimato e da confidencialidade das respostas, a voluntariedade da participação e o apelo à sinceridade nas respostas.

## 2.1 *Breve explicação sobre o questionário*

A primeira parte do questionário que foi aplicado no estudo, relaciona-se com a identificação da categoria profissional, idades e género dos entrevistados.

A segunda parte achou-se pertinente averiguar qual o contacto com as pessoas Surdas, associando os principais sentimentos vivenciados nesse contacto, e o significado de Surdez.

Numa terceira parte a nossa intenção foi pesquisar quais as concepções dos entrevistados em relação à inclusão de uma pessoa Surda no ensino normal.

Foi igualmente, pertinente averiguar quais as principais concepções existentes sobre a forma de vida e acessibilidade que uma pessoa Surda tem na vida ativa da sociedade, com as outras pessoas não Surdas. Neste caso, as tecnologias estarão apropriadas para este tipo de pessoas.

## **Capítulo 3.                   Objetivos de estudo**

### 3.1. *Questão de partida*

Terá a Comunidade Ouvinte conhecimento consciente do que é ser Surdo?

### 3.2. *Objetivo Geral*

Educar a sociedade para a educação especial, a Surdez

### 3.3. *Objetivos específicos*

- Identificar se quem comunica de forma diferente tem algum tipo de impacto numa sociedade maioritariamente ouvinte
- Despertar a consciência para as diferentes formas de comunicação
- Asserir (assegurar, contribuir) uma comunicação mais eficaz entre ouvintes e Surdos
- Dar a conhecer à comunidade ouvinte a Língua Gestual Portuguesa
- Promover a Língua Gestual Portuguesa

### 3.4. *Hipóteses*

Na elaboração deste trabalho foram delineadas as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1** - A Comunidade Ouvinte tem conhecimento do que é ser Surdo e identifica as suas implicações e minimiza esta problemática.

**Hipótese 2** – A Comunidade Ouvinte tem conhecimento do que é ser Surdo, minimiza a problemática mas não identifica as suas implicações.

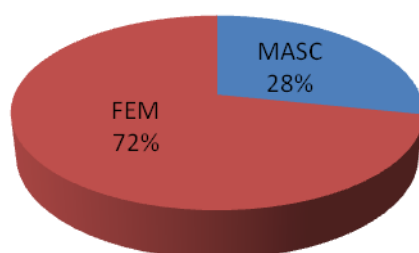
**Hipótese 3** – A Comunidade Ouvintes tem conhecimento do que é ser Surdo, mas não minimiza a problemática nem identifica as suas implicações.

**Hipótese 4** – A Comunidade Ouvinte não tem conhecimento do que é ser Surdo, não identifica as suas implicações mas minimiza a problemática.

**Hipótese 5** – A Comunidade Ouvinte não tem conhecimento do que é ser Surdo, não identifica as suas implicações nem minimiza a problemática.

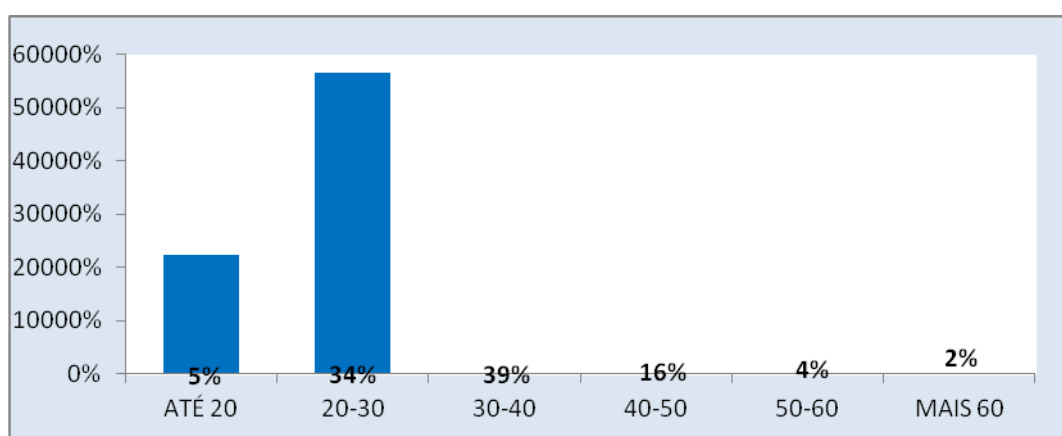
## Capítulo 5. Apresentação dos resultados da amostra de estudo

Gráfico 1 – Género dos inquiridos



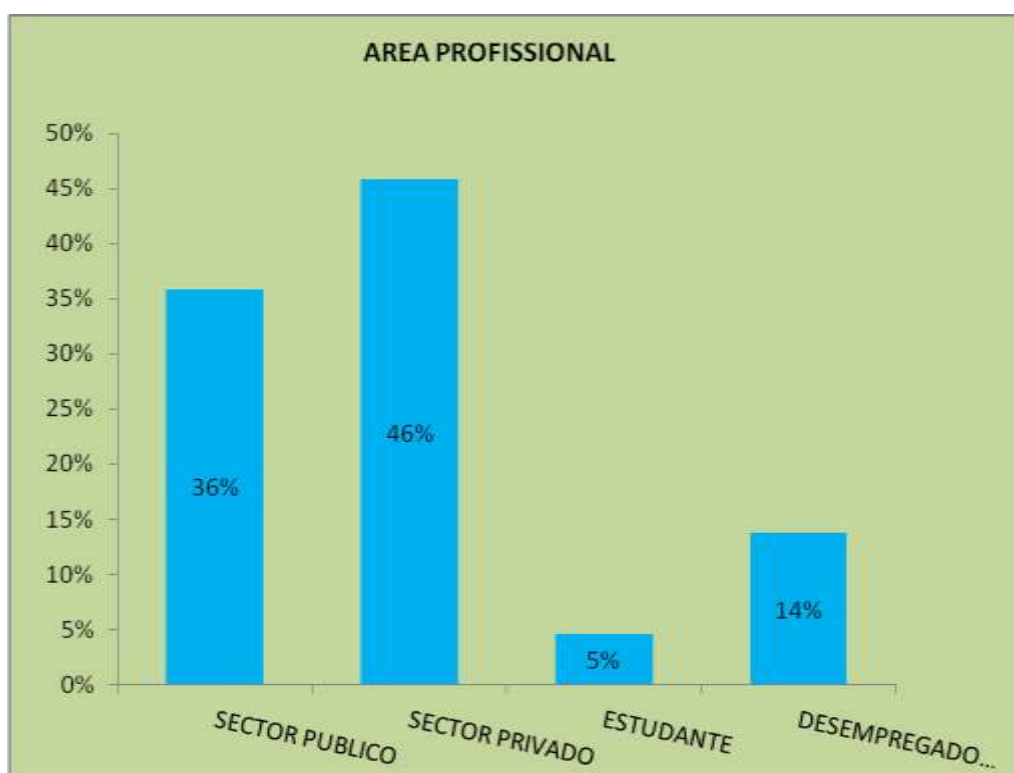
A amostra de estudo é constituída por 788 inquiridos, em que são 72% do género feminino e 28% do género masculino.

Gráfico 2 – Idade



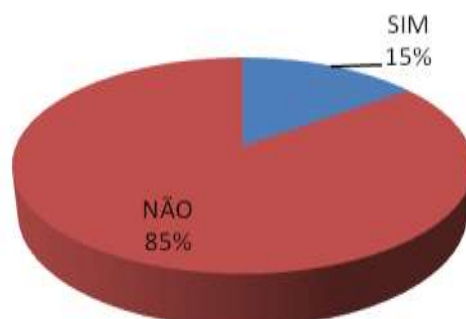
Em relação às idades podemos observar que 34% dos inquiridos têm entre 20<sup>a</sup> 30 anos, 39% dos 30 aos 40 anos, 16% entre os 40 a 50 anos, 5% até aos 20 anos, 4% dos 50 aos 60 anos, e 2% com mais de 60 anos.

**Gráfico 3 – Área profissional**



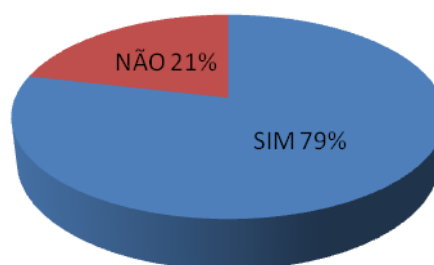
No que se relaciona com a área profissional, pode-se observar que a amostra de estudo é constituída por 46% de profissionais do setor público, 36% do setor privado, 14% de desempregados e 5% de estudantes.

**Gráfico 4 – Portador de alguma deficiência**



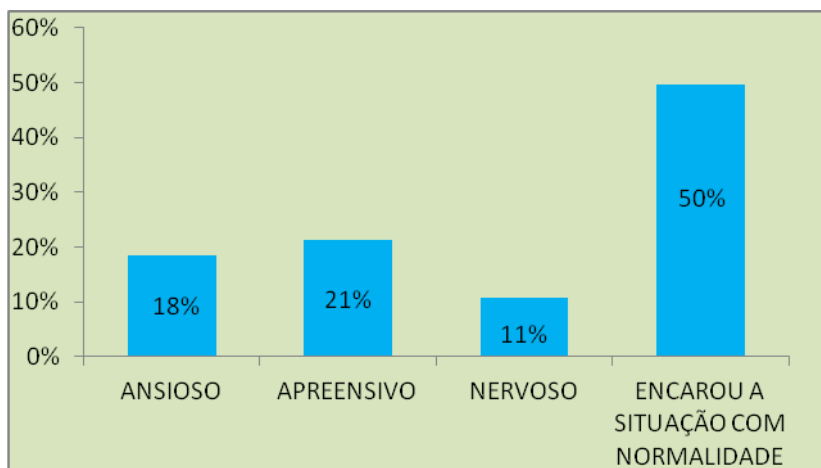
Com esta questão, a nossa intenção foi averiguar se os inquiridos são portadores de alguma deficiência, pelo que contextualizou-se que 15% dos inquiridos respondeu afirmativamente, e 85% respondeu negativamente.

**Gráfico 5 - Contacto com pessoas Surdas**



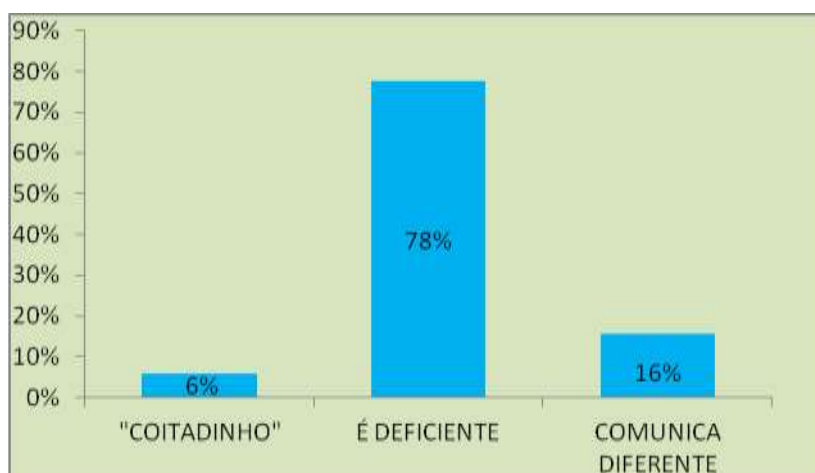
A nossa intenção com a questão “Tem contacto com pessoas Surdas?”, foi pesquisar se os inquiridos têm contacto com pessoas portadoras de Surdez. Pelo que observou-se que 79% tem contacto com pessoas Surdas e 21% não tem contacto.

**Gráfico 6 – Sentimentos no 1º contacto**



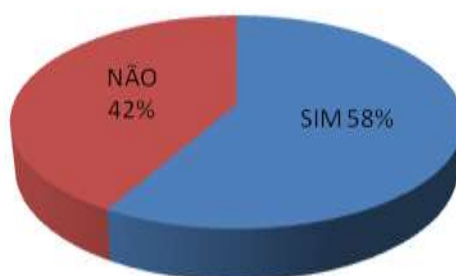
No primeiro contacto com uma pessoa portadora de Surdez, 50% dos inquiridos encarou a situação com normalidade, 21% sentiu-se apreensivo, 18% sentiu-se ansioso, 11% sentiu-se nervoso.

**Gráfico 7 - O primeiro pensamento, no contacto com a pessoa Surda**



Quando se depararam com uma pessoa Surda, o primeiro pensamento dos inquiridos, foi pensar que era deficiente, (78%), que comunica diferente (16%) e que é um coitadinho (6%).

**Gráfico 8 - Dificuldade em comunicar com os Surdos**



Em relação à comunicação, tivemos como intenção investigar se os inquiridos sentiam dificuldade em comunicar com uma pessoa Surda. Pelo que 42% refere que não tem dificuldade e, 58% tem dificuldade em comunicar com a pessoa Surda.

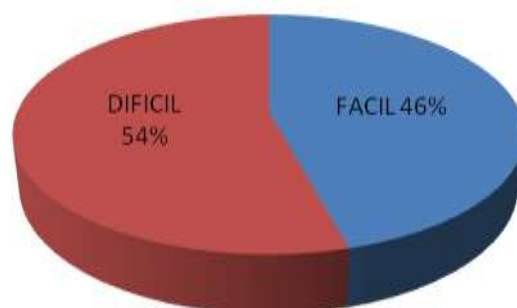
**Gráfico 9 – Forma de comunicação com a pessoa Surda**



Tivemos intenção em averiguar de que forma é efetuada a comunicação com a pessoa Surda, em caso de necessidade. Pelo que, 33% dos inquiridos efetua a

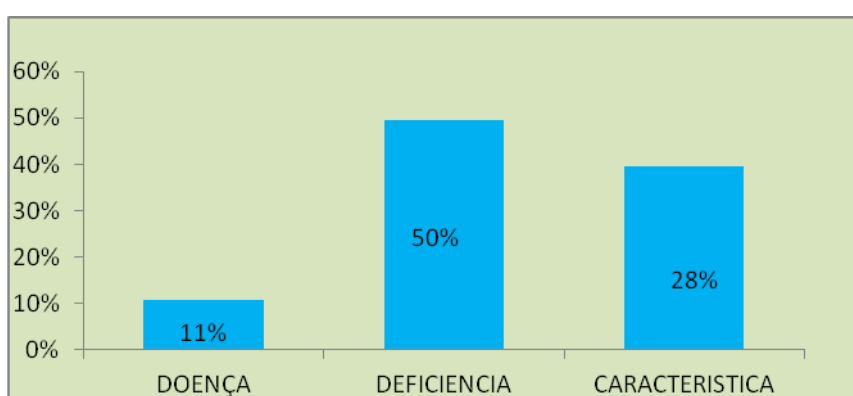
comunicação através da mimica, 28% por Língua Gestual Portuguesa, 22% por expressão oral e 17% por expressão escrita.

**Gráfico 10 - comunicar com uma pessoa Surda é?**



Tendo em conta a questão anterior, foi pertinente questionar de que forma se define a comunicação com uma pessoa Surda, tendo como base duas características principais, difícil e fácil. Pelo que, 54% dos inquiridos refere que é difícil e 46% refere que é fácil.

**Gráfico 11 – Definição de Surdez**



Averiguamos de que forma os inquiridos definem a Surdez, tendo em conta três adjetivos correspondentes, como doença, deficiência e característica. Pelo que

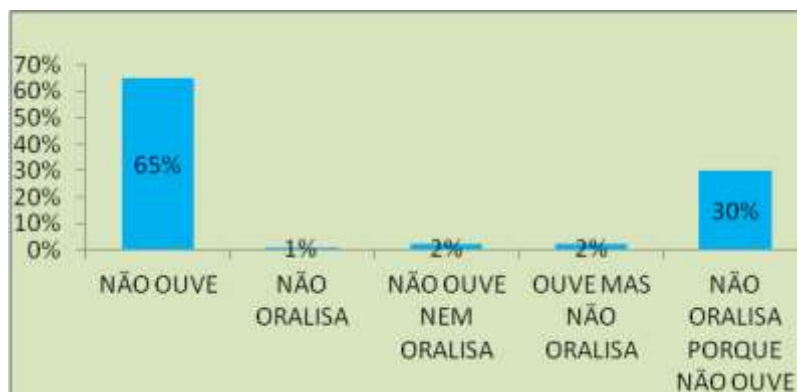
50% dos inquiridos assume que se trata de uma deficiência, 28% de uma característica e 11% de uma doença.

**Gráfico 12 - Surdez é**



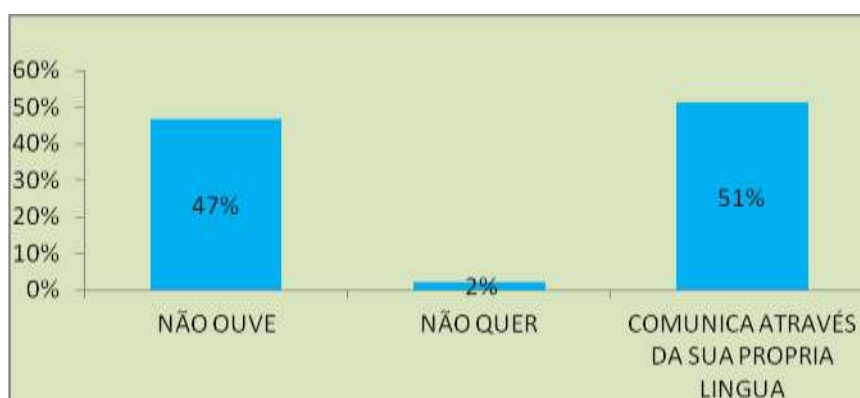
Ainda tendo em atenção a definição de Surdez, investigamos a conceção dos inquiridos, tendo como outros parâmetros de avaliação como a oralidade e a audição. Assim, contextualizou-se que 65% dos inquiridos refere que a Surdez é caracterizada por alguém que não ouve, 30% refere que a pessoa que é Surda, não oraliza porque não ouve, 2% partilha da opinião de que não ouve nem oraliza, e não ouve mas oraliza.

**Gráfico 13 - Uma pessoa Surda é**



Em relação à questão “Para si, uma pessoa Surda é alguém que:” a nossa intenção foi averiguar qual a opinião dos inquiridos no que diz respeito as características da pessoa Surda. Pelo que observamos que 65% dos inquiridos refere que a pessoa Surda não ouve, 30% refere que não oraliza porque não ouve, 2% refere que ouve mas não oraliza e 2% refere que não ouve e nem oraliza.

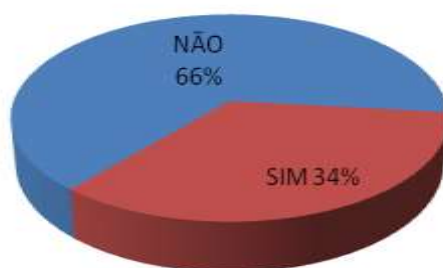
**Gráfico 14 - Uma pessoa Surda não comunica oralmente porque:**



O gráfico 14 demonstra que as concepções dos inquiridos em relação à questão “uma pessoa Surda não comunica oralmente porque” referem que é porque

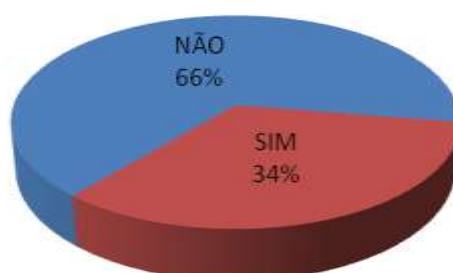
noa ouve, e 51% refere que comunica através da sua língua própria, ainda 2% refere que a pessoa Surda não comunica oralmente, porque não quer.

**Gráfico 15 - tipos de Surdez existem**



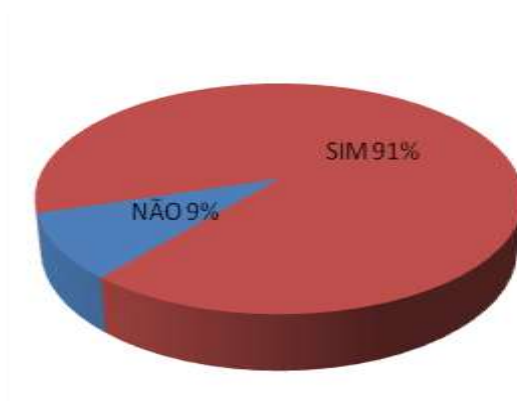
Foi nossa intenção averiguar se os inquiridos tinham conhecimento em relação aos tipos de Surdez que existem. Pelo que 66% refere que desconhece este facto e 34% refere que conhece que existem vários tipos de Surdez.

**Gráfico 16 - Surdez e deficiência auditiva são a mesma coisa?**



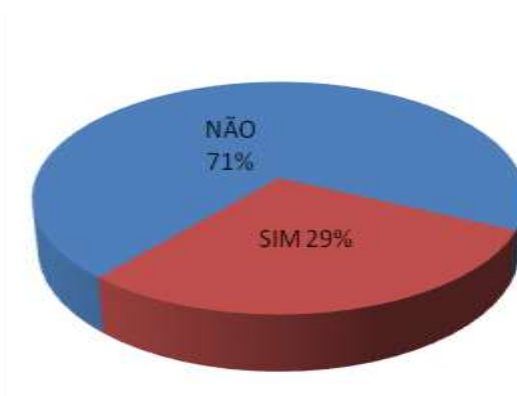
Com a questão “na sua opinião, Surdez e deficiência auditiva são a mesma coisa”, tivemos como intenção investigar se os inquiridos conhecem a semelhança entre Surdez e deficiência auditiva, pelo que 66% assume que não se trata da mesma coisa, e 34% refere que sim.

**Gráfico 17 - O que é a Língua Gestual Portuguesa**



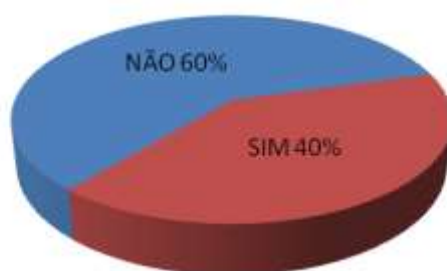
Em relação ao conhecimento sobre a Língua Gestual Portuguesa, 91% refere que conhece e 9% refere que não conhece.

**Gráfico 18 - Linguagem gestual e Língua Gestual, semelhantes?**



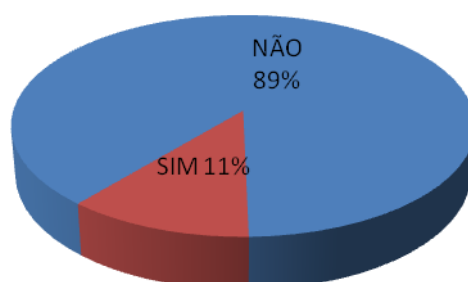
Em relação à linguagem gestual e a Língua Gestual, tivemos como intenção averiguar se os inquiridos acham que é a mesma coisa. Pelo que se observou que 71% acha que não se trata da mesma coisa, e 29% refere que sim, são a mesma coisa.

**Gráfico 19 - A Língua Gestual é igual em todos os países?**



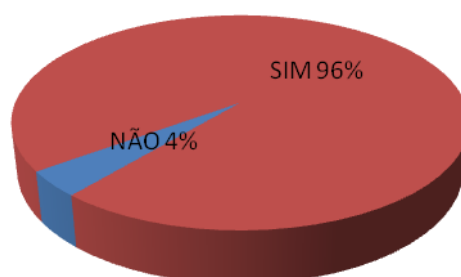
Em relação à questão “a Língua Gestual é igual em todos os países?” o gráfico 19 demonstra que 60% dos inquiridos não acha que seja igual, e 40% refere que sim, é igual em todos os países.

**Gráfico 20 - Só as pessoas Surdas é que comunicam em Língua Gestual?**



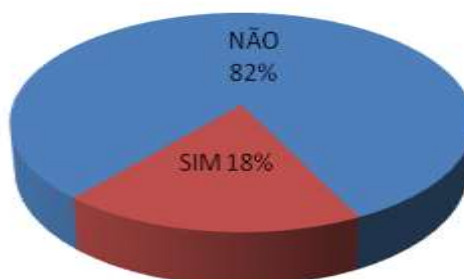
Em relação à questão “Só as pessoas Surdas é que comunicam em Língua Gestual?”, observou-se que 89% dos inquiridos partilham da opinião de que não são só estas pessoas que comunicam por língua gestual, e 11% refere que sim.

**Gráfico 21 – Qual a função do Intérprete de Língua gestual?**



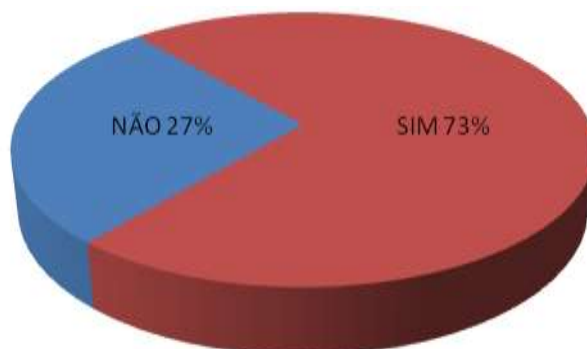
Tivemos como intenção saber se os inquiridos sabem qual a função do intérprete de língua gestual. Pelo que 96% refere que sabem exatamente qual a sua função, e 4% refere que não sabe.

**Gráfico 22 - Integração do filho Surdo na escola, prejudicial?**



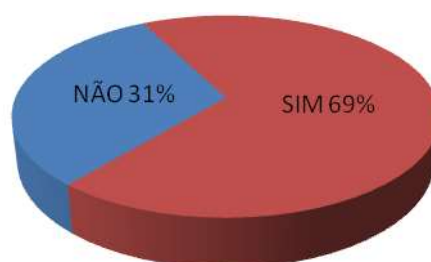
No que diz respeito à questão “Se o seu filho estivesse inserido numa turma com crianças Surdas, acha que isso iria prejudica-lo na aprendizagem?”, a nossa intenção foi averiguar se os inquiridos partilham a opinião de que a inserção de crianças Surdas prejudica a aprendizagem das outras crianças, pelo que 82% dos inquiridos refere que não prejudica e 18% refere que prejudica a aprendizagem dos outros.

**Gráfico 23 – Frequência dos Surdos nos estabelecimentos de ensino**



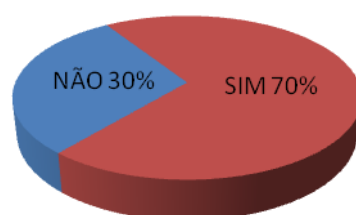
Em relação à questão “Na sua opinião, uma criança Surda pode frequentar qualquer estabelecimento de ensino?”, a nossa intenção foi averiguar se na opinião dos inquiridos, a criança Surda pode frequentar qualquer estabelecimento de ensino. Pelo que observou-se que 73% dos inquiridos é da opinião de que estas crianças devem frequentar qualquer estabelecimento de ensino e 27% é da opinião de que não.

**Gráfico 24 – Surdos e a integração no mercado de trabalho**



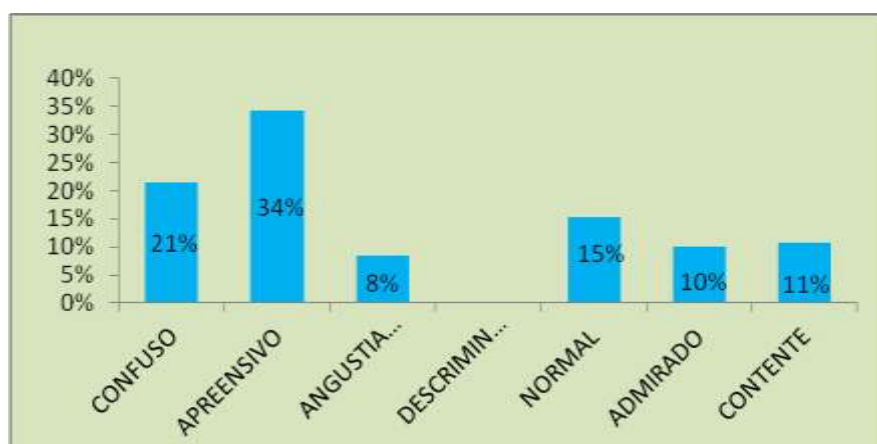
No que diz respeito à ingressão da pessoa Surda em qualquer área profissional, 69% dos inquiridos refere que têm capacidade e 31% refere que estas pessoas não têm essa capacidade.

**Gráfico 25 - Uma pessoa Surda pode estar num serviço de apoio ao cliente**



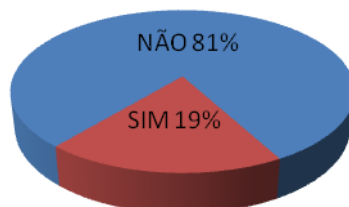
Especificamente, em relação ao serviço de apoio ao cliente, tivemos como intenção averiguar se os inquiridos acham que uma pessoa Surda tem a capacidade de operar neste tipo de serviço. Pelo que observamos que 70% dos inquiridos refere que sim, e 30% refere que não deve.

**Gráfico 26 – Sentimento perante uma pessoa Surda no atendimento ao público**



No que diz respeito à questão “ Se ao dirigir-se a um serviço público, fosse atendido por uma pessoa Surda, como se sentiria?” a nossa intenção foi averiguar, tendo como base as variáveis: confuso, apreensivo, angustiado, discriminado, normal, admirado e contente. Pelo que, observamos que 34% dos inquiridos refere que se sente apreensivo, 21% refere que se sente confuso, 15% sente-se normal, 11% contente, 10% sente-se admirado e 8% angustiado. No entanto nenhum dos inquiridos se sente discriminado.

**Gráfico 27 - Num serviço público se fosse atendido por uma pessoa Surda**



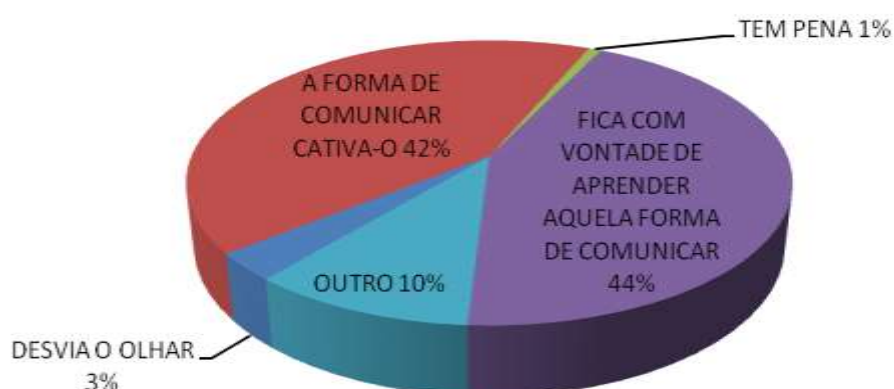
Em relação ao facto de se dirigir a um serviço público e ser atendido por uma pessoa Surda, se pediria para ser atendido por alguém que ouvisse, 81% dos inquiridos refere que não o faria, e 19% refere que o fazia.

**Gráfico 28 – Ver um grupo de pessoas Surdas a comunicar entre si**



No que diz respeito à questão “Alguma vez viu um grupo de pessoas Surdas a comunicar entre si”, observamos que 98% dos inquiridos refere que sim, e 2% refere que nunca viu.

**Gráfico 29 - Quando vê pessoas Surdas a comunicar entre si:**



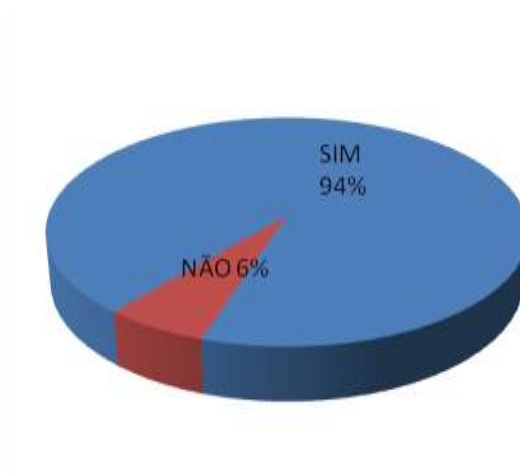
Na questão “Quando vê as pessoas Surdas a comunicar entre si” tivemos como intenção averiguar, a forma como os inquiridos veem a comunicação entre as pessoas Surdas, tendo como base, algumas variáveis. Assim sendo, observamos que 44% dos inquiridos fica com vontade de aprender aquela forma de comunicar, 42% refere que a forma de comunicar cativa-o, 10% refere que desvia o olhar e 10% refere outra situação.

**Gráfico 30 - Será que as pessoas Surdas deveriam aprender a comunicar oralmente?**



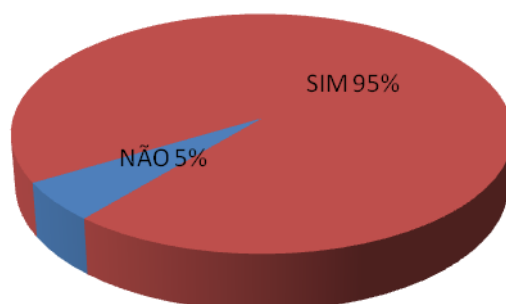
Em relação ao gráfico 30, observamos que 62% dos inquiridos acha que as pessoas Surdas deveriam aprender a comunicar oralmente e, 38% refere que não deveriam aprender a comunicar oralmente.

**Gráfico 31 – O aumento da voz faz a pessoa Surda ouvir melhor**



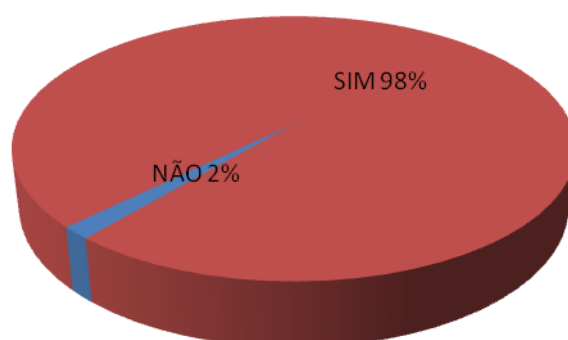
Se estiverem na presença de uma pessoa Surda, 94% dos inquiridos acha que não vale a pena aumentar o volume da voz, e 6% refere que se aumentar o volume, a pessoa Surda o vai ouvir melhor.

**Gráfico 32 - Uma pessoa surda consegue participar em debates/conferências?**



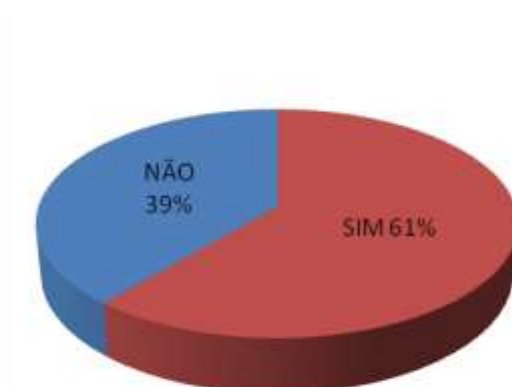
95% dos inquiridos refere que uma pessoa Surda consegue participar em debates e conferencias e, 5% refere que não consegue.

**Gráfico 33 - As pessoas Surdas discutem?**



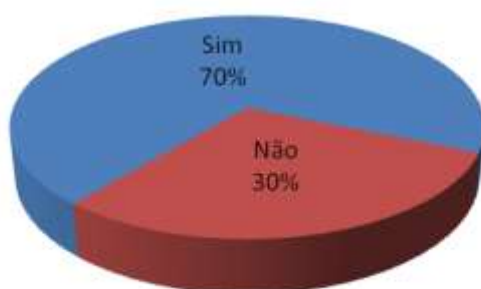
98% dos inquiridos refere que as pessoas Surdas também discutem e 2% refere que não discutem.

**Gráfico 34 – As pessoas Surdas percebem os programas televisivos de informação?**



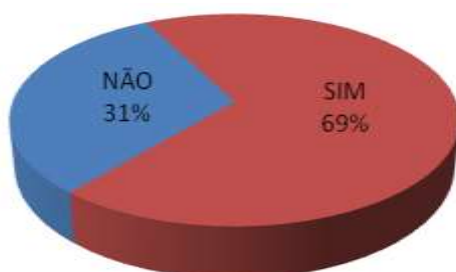
61% dos inquiridos acha que as pessoas Surdas percebem os programas televisivos de informação, e 39% acha que não percebem tais programas.

**Gráfico 35 - As pessoas Surdas compreendem tudo o que leem?**



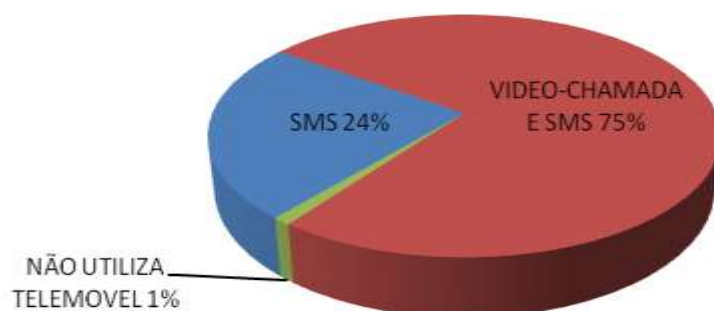
70% dos inquiridos refere que as pessoas Surdas compreendem tudo o que leem e, 30% refere que as pessoas Surdas não percebem o que leem.

**Gráfico 36 - As pessoas Surdas escrevem da mesma forma que as pessoas ouvintes?**



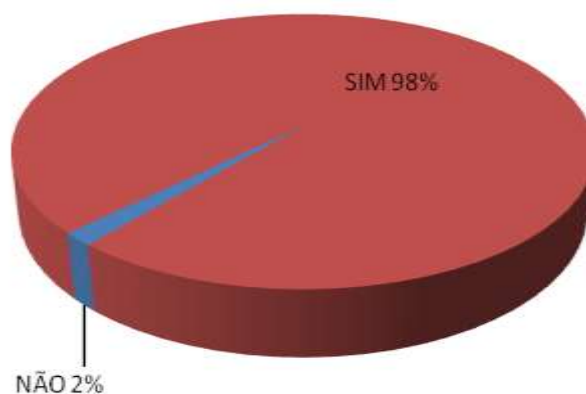
69% dos inquiridos refere que as pessoas Surdas escrevem da mesma forma que as pessoas ouvintes e, 31% refere que não escrevem da mesma forma.

**Gráfico 37 – Comunicação da pessoa Surda através do telemóvel?**



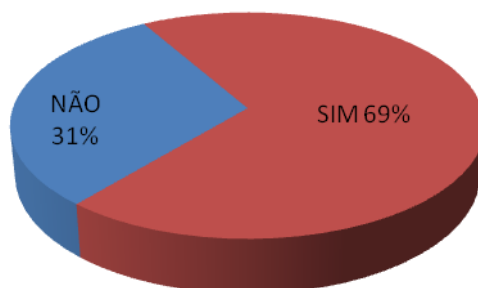
Em relação à questão “como é que uma pessoa Surda comunica através do telemóvel”, 75% dos inquiridos refere que é efetuado através de videochamada e SMS, 24% refere que é apenas por SMS e 1% refere que estas pessoas não utilizam o telemóvel.

**Gráfico 38 – Será que os filhos das pessoas Surdas sabem comunicar oralmente?**



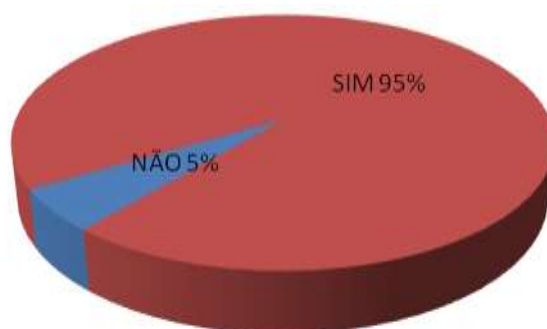
Em relação à questão “na sua opinião, acha que os filhos das pessoas Surdas sabem comunicar oralmente” a nossa intenção foi averiguar se os filhos das pessoas Surdas sabem comunicar oralmente. Pelo que observamos que 98% dos inquiridos refere que sim e apenas 2% refere que não.

**Gráfico 39 - Os atletas Surdos deveriam ingressar nos jogos paralímpicos?**



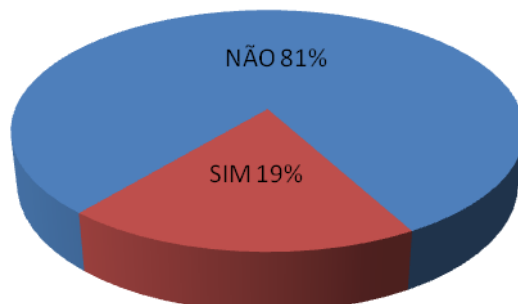
Em relação ao facto de os atletas Surdos poderem ingressar nos jogos paralímpicos, 69% dos inquiridos refere que devem ingressar e, 31% refere que não devem.

**Gráfico 40 - Uma pessoa Surda deve fazer parte do parlamento europeu?**



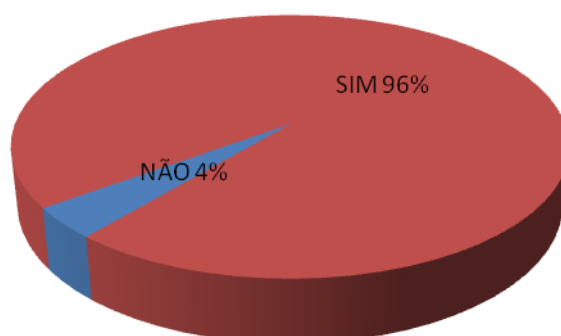
95% dos inquiridos refere que a pessoa Surda deve fazer do parlamento europeu e, 5% refere que não deve fazer parte.

**Gráfico 41 - As pessoas Surdas devem fazer-se acompanhar sempre por pessoas ouvintes?**



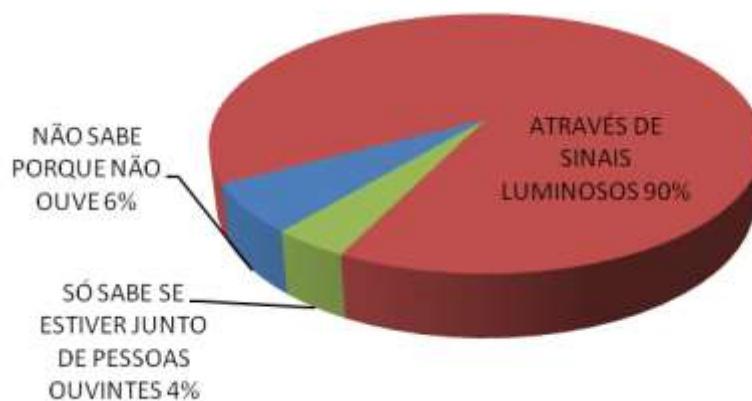
81% dos inquiridos refere que as pessoas Surdas devem fazer-se acompanhar sempre por pessoas ouvintes e, 19% refere que não.

**Gráfico 42 - Uma pessoa Surda pode viver sozinha?**



Em relação à questão “uma pessoa Surda pode viver sozinha”, 96% dos inquiridos refere que sim, e 4% refere que não.

**Gráfico 43 – A Surdez e o toque da campainha**



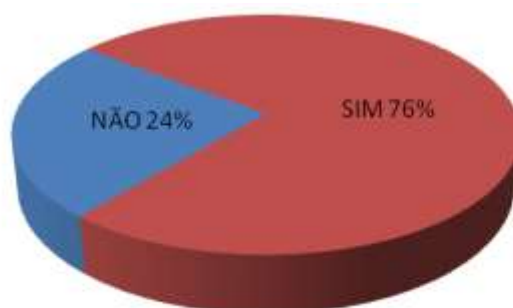
No que se relaciona com a questão “ *como é que a pessoa Surda sabe que alguém está a tocar à campainha*”, 90% dos inquiridos refere que é através de sinais luminosos, 6% não sabe porque não ouve e 4% refere que só sabe se estiver junto a pessoas ouvintes.

**Gráfico 44 - Acha possível que as pessoas Surdas tenham um cão-guia?**



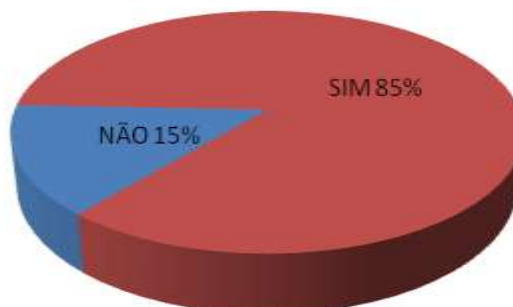
Em relação ao facto de as pessoas Surdas terem um cão-guia, 53% dos inquiridos partilha da opinião de que sim, 37% refere que os cães-guias são apenas para pessoas invisuais e, 11% refere que não seria possível.

**Gráfico 45 – A pessoa Surda e a condução**



No que se relaciona com a questão “*considera que uma pessoa Surda pode conduzir*”, 76% dos inquiridos refere que sim, que pode conduzir e 24% refere que não.

**Gráfico 46 - Uma pessoa Surda pode ir sozinha a uma consulta médica**



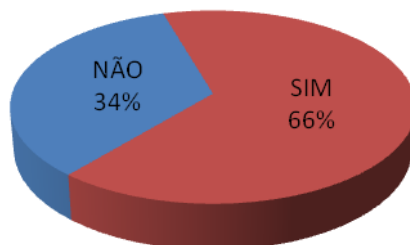
85% dos inquiridos refere que uma pessoa Surda pode ir sozinha a uma consulta médica e, 15% refere que não pode ir sozinha.

**Gráfico 47 - Uma pessoa Surda necessita de consultas médicas de otorrino?**



Em relação ao gráfico 47, observamos que 83% dos inquiridos partilha da opinião de que uma pessoa Surda necessita de consultas médicas de otorrino e 17% refere que não necessita deste tipo de consultas.

**Gráfico 48 - Acha que uma pessoa Surda consegue chamar o INEM se estiver sozinha?**



Observa-se através do gráfico 48 que, 66% dos inquiridos partilha da opinião de que a pessoa Surda consegue chamar o INEM se estiver sozinha e, 34% refere que não consegue.

## **Capítulo5. Discussão de resultados**

O objetivo central da nossa pesquisa foi educar a sociedade para a educação especial: um olhar sobre a Surdez. Os objetivos específicos do trabalho foram: Identificar se quem comunica de forma diferente tem algum tipo de impacto numa sociedade maioritariamente ouvinte, Despertar a consciência para as diferentes formas de comunicação, Assegurar (assegurar, contribuir) uma comunicação mais eficaz entre ouvintes e Surdos, Dar a conhecer à comunidade ouvinte a Língua Gestual Portuguesa, Promover a Língua Gestual Portuguesa.

A amostra de estudo foi constituída por 72% de inquiridos do sexo feminino e 28% de inquiridos do sexo masculino. Com idades compreendidas essencialmente, entre os 20 e os 30 anos de idade, com 34% e entre os 31 e os 40 anos de idade, com 39%.

Na sua maioria, 46% dos inquiridos têm como ocupação profissional, o setor público e 36% do setor privado. Apenas 15% dos inquiridos apresenta alguma deficiência, e 79% teve já contacto com pessoas Surdas.

No primeiro contacto com a pessoa Surda, 50% dos inquiridos encarou a situação, e 21% sentiu-se apreensivo. Neste contexto, 78% dos inquiridos teve como primeiro pensamento, o facto da pessoa Surda ser um deficiente.

A comunicação entre os inquiridos e a pessoa Surda, é efetuada com dificuldade, com 58% e, 42% refere que não tem dificuldade alguma em comunicar com uma pessoa Surda. A comunicação é então efetuada através da mimica por 33% dos inquiridos, por Língua Gestual Portuguesa 22% e por expressão oral, 17%. Sendo no entanto, difícil esta comunicação.

Em relação à definição de Surdez, observamos nos dados analisados que 50% dos inquiridos define-a como sendo uma deficiência e 28% uma característica. Ainda em relação à sua definição, tivemos como base de análise a oralidade e a audição. Pelo que 65% dos inquiridos partilha da opinião de que a Surdez se

caracteriza por alguém que não ouve, 30% refere que não oraliza porque não ouve.

Em relação à comunicação oral, podemos observar que na sua maioria, 51% dos inquiridos partilha da opinião de que as pessoas Surdas não comunicam oralmente, porque comunicam através de língua gestual.

Tendo em atenção estes aspetos, observamos que 66% dos inquiridos não conhece todos os tipos de Surdez que existem, embora 66% tem conhecimento de que Surdez e deficiência auditiva não se trata da mesma coisa. Em relação à Linguagem Gestual Portuguesa, 99% dos inquiridos tem conhecimento em relação à língua dos Surdos. E 60% partilha da opinião de que esta língua não é igual em todos os países.

É importante a ingressão das crianças Surdas na escola normal, pelo que achamos pertinente averiguar se este facto prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos, pelo que 82% dos inquiridos refere que não se daria esta situação. Ainda, este facto transpõe a evidência de que os alunos Surdos devem frequentar as escolas regulares. No que diz respeito à integração da pessoa surda em qualquer área profissional, nomeadamente, no serviço de atendimento ao cliente, maior parte dos inquiridos partilha da opinião de que estas pessoas têm essa capacidade.

Em relação ainda ao serviço de atendimento com uma pessoa Surda, 34% dos inquiridos sente-se apreensivo, perante esta situação, e 21% sente-se confuso. Apesar destes sentimentos, podemos observar que 81% dos inquiridos não pediria por ser atendido por outra pessoa.

Na sua maioria, os inquiridos já observaram pessoas Surdas a comunicar entre si, e que perante esta situação, 44% fica com vontade de aprender esta forma de comunicar. Da mesma forma, observamos que 62% dos inquiridos refere que as pessoas Surdas deveriam comunicar também oralmente.

Assim, estando na presença de uma pessoa Surda, na sua maioria, os inquiridos referem que ao aumentar o volume da voz, esta ouve melhor. Em relação à sua participação em debates e conferências, observamos que 95%

dos inquiridos partilha da opinião de que as pessoas Surdas conseguem participar neste tipo de eventos, e igualmente, participar do parlamento europeu.

Da mesma forma que as pessoas ouvintes, as pessoas Surdas também discutem, e conseguem perceber os programas televisivos de informação.

No que diz respeito à leitura e à escrita, observamos que os inquiridos partilham da opinião de que as pessoas Surdas compreendem tudo o que leem e escrevem da mesma forma que as pessoas ouvintes. Em relação à utilização do telemóvel, os inquiridos referem que este tipo de comunicação é efetuada através de videochamada e SMS. Maior parte dos inquiridos, refere que as pessoas Surdas devem fazer-se acompanhar por pessoas ouvintes, embora possa e tenha a capacidade de viver sozinha. Nesta situação, segundo o estudo analisado, as pessoas Surdas ouvem a campainha por sinais luminosos.

No que se relaciona com algumas das atividades diárias, como conduzir, ir a uma consulta médica ou chamar os serviços de emergência, maior parte dos inquiridos partilha da opinião de que as pessoas Surdas têm a capacidade de as realizar.

## **Síntese conclusiva**

Ao finalizar o trabalho que aqui apresento, é tempo de refletir, analisar e crescer com tudo aquilo que foi desenvolvido. Espero que, com muito mais luzes do que sombras, aquilo que agora se conclui possa constituir um farol para quem, como eu, se interessa por esta área, sempre na procura constante de ser melhor profissional de Educação e melhor pessoa.

Será pertinente referir que a colheita de dados foi talvez o período mais conturbado e moroso de todo o processo, dado que a aliar ao facto de ter sido desenvolvido em período laboral era influenciado decisivamente pela minha disponibilidade. Terá sido, porventura, e tendo em conta os receios iniciais justificados pela inexperiência, uma das etapas que mais prazer me proporcionou.

Apesar das dificuldades existentes, das dúvidas iniciais e daquelas que percorreram todo o trabalho, dos momentos de apreensão e cansaço, foi possível conduzir a investigação a bom porto, respondendo ao problema inicial e confirmando as hipóteses definidas. Tal como inicialmente se supunha, existe uma diversidade de aspetos no que se relaciona com a consciência sobre a Surdez.

A realização de qualquer estudo implica a tomada de consciência de que sem objetividade e rigor científicos, a validade do mesmo será sempre questionável.

De qualquer forma, deverá ser também dado assente para o investigador que existem sempre variáveis que estão fora do seu controlo, pelo que, o trabalho acabará por reunir apesar do seu esforço, algumas limitações. A este gesto de humildade deve ser associada a ideia de que as brechas existentes numa investigação são também positivas, na medida, em que podem servir de ponto de partida para novas investigações.

Desde que assim se pretenda, uma investigação nunca está concluída e pode sempre servir de base para o surgimento de novas inquietações e consequentes estudos, daí que a ciência, em qualquer dos seus domínios, seja uma área incompleta por natureza e daí a sua riqueza particular.

No que se relaciona com os objetivos inicialmente propostos, podemos contextualizar que as pessoas surdas são vistas e concebidas como capazes de realizar a maior parte das tarefas que as pessoas ouvintes. Esta situação, decorre em virtude de as pessoas ouvintes, não discriminarem esta deficiência. Denotou-se que na sua maioria, os inquiridos conhece a deficiência, e minimiza-a. É observado, após a análise do estudo que existe um esforço em contribuir para uma comunicação mais eficaz entre as pessoas Surdas e as pessoas ouvintes.

Seria interessante no futuro desenvolver o mesmo estudo descritivo, em idades diferentes e analisar eventuais mudanças citando, por exemplo, o contexto e a cultura. Para isso e dado ser necessário algum horizonte temporal, sugere-se que tal estudo descritivo comparativo fosse desenvolvido dentro de pelo menos, quatro anos. Assim, seria possível estabelecer uma eventual analogia entre os fatores que integraram o estudo atual e os fatores que contextualizam o estudo posterior.

Esperamos convictamente que este estudo possa contribuir, em maior ou menor grau, para o enriquecimento da minha experiência pessoal e profissional, que seja um estímulo/motivação para continuar a debruçar-me sobre este género de problemática. Pretendo aprofundar a cada dia que passa os meus conhecimentos de forma a poder aplicá-los na prática visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento da Educação Especial.

## Bibliografia

- 📖 Albarello, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle; Saint-Georges, Pierre (1997) – Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais – Gradiva Publicações SA
- 📖 Almeida, D., Cabral, E., Filipe, I. Morgado, M. (2009) Educação Bilingue de Alunos Surdos. Manual de Apoio à Prática. Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular DGIDC. Ministério da Educação. Lisboa
- 📖 Amaral, M. A. e Coutinho, A. (2002) A criança surda: educação e inserção social. Aná. Psicológica, vol. 20, nº 3, p. 373-378.
- 📖 Amaral, M. A. e Coutinho, A. (2005) Inovação, teoria e prática no ensino bilingue de crianças surdas; in Prescutar e Escutar a Surdez, de Orquídea Coelho. Edições Afrontamento. Colecção Caleidoscópio / 2, Novembro.
- 📖 Associação Portuguesa de Surdos (2000) Reconhecimento e protecção da Língua Gestual Portuguesa. Surdos uma minoria linguística e cultural.
- 📖 Bell, Judith (2008) – Como realizar um projecto de investigação – Gradiva-Publicações SA
- 📖 Bispo M., Couto A., Clara M.C., Clara L., coord. (2009) O Gesto e a Palavra 2, antologia de textos sobre a Surdez. Caminho, Lisboa.
- 📖 Bispo M., Couto A., Clara M.C., Clara L., org. (2006) O Gesto e a Palavra I, antologia de textos sobre a Surdez. Colecção Novo Mundo, Caminho, Lisboa
- 📖 Brito, L.F. (1993) Integração social & educação de Surdos. Rio de Janeiro. Babel editora.

- 📖 Carvalho, J. Eduardo (2009) – Metodologia do Trabalho Científico “Saber-Fazer” da investigação para dissertações e teses – Escolar Editora – Lisboa – ISBN – 978-972-592-244-6
- 📖 Carvalho, Paulo Vaz (2007) - Breve História dos Surdos – Surd’Universo, Livraria Especializada Lda. – ISBN – 978-989-952-541-2
- 📖 Eco, Umberto (2007) – Como se faz uma tese em ciências humanas – Editorial Presença – Barcarena
- 📖 Lane, H. (1992) A Máscara da Benevolência. A comunidade surda amordaçada. Horizontes pedagógicos. Instituto Piaget, nº 42.
- 📖 Quivy, Raymond; Campenhoudt, LucVan (2003) – Manual de Investigação em Ciências Sociais – Gradiva Publicações SA
- 📖 Sacks, O. (1989) Vendo Vozes - uma jornada pelo mundo dos Surdos. Rio de Janeiro, Brasil. Imago editora. (Em Portugal editado pela Bertrand)
- 📖 Santana, Ana Paula (2007) – Surdez e Linguagem “Aspectos e implicações Neurolinguísticas” – Plexus Editora – São Paulo – ISBN-978-858-568-983-4
- 📖 Silva, Ivani Rodrigues; Kauchakje, Samira; Gesueli, Zilda Maria (2003) – Cidadania, Surdez e Linguagem “Desafios e realidades” – Plexus Editora – São Paulo – ISBN – 858-568-973-0
- 📖 Silvestre, Núria; Souza, Regina Maria (2007) – Educação de Surdos, Summus Editorial, São Paulo, ISBN – 978-85-323-0400-1
- 📖 Sousa, Maria José; Baptista, Cristina Sales (2011) – Como fazer Investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha – Pactor Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea – Lisboa – ISBN – 978-989-693-001-1

## **Anexos**

## **Anexo 1 – guião do questionário**

# **“Educar a Sociedade para a Educação Especial – Um olhar sobre a Surdez”**

O meu nome é Alexandra Monteiro e encontro-me a realizar um Mestrado sobre “Educar a Sociedade para a Educação Especial – Um olhar sobre a Surdez”. Trata-se de um projeto no âmbito do Mestrado em Educação Especial na área da Deficiência Auditiva e Surdez sob orientação do Professor Doutor António Vieira Ferreira (Universidade Portucalense - Porto).

Tendo este tema uma grande relevância a nível da Educação Especial e da inclusão da comunidade surda na sociedade, pedimos a vossa colaboração para o preenchimento deste questionário que contribuirá para o estudo do conhecimento da sociedade sobre esta comunidade.

As suas respostas são confidenciais e anónimas.

Obrigada pela sua colaboração

Alexandra Monteiro

## **INQUERITO**

### **1. IDADE**

- a. Até 20 anos
- b. Dos 20 aos 30 anos
- c. Dos 30 aos 40 anos
- d. Dos 40 aos 50 anos
- e. Dos 50 aos 60 anos
- f. Mais de 60 anos

2. SEXO
  - a. Feminino
  - b. Masculino
  
3. AREA PROFISSIONAL
  - a. Estudante
  - b. Sector público
  - c. Sector privado
  - d. Desempregado / reformado
  
4. É portador de alguma deficiência
  - a. Sim
  - b. Não
  
5. Alguma vez teve contacto com pessoas surdas? **(Se respondeu não, passe para a pergunta 10)**
  - a. Sim
  - b. Não
  
6. No 1º contacto que teve com uma pessoa surda, como se sentiu?
  - a. Nervoso
  - b. Ansioso
  - c. Apreensivo
  - d. Encarou a situação com normalidade
  
7. Quando se depara com uma pessoa surda, o seu primeiro pensamento é:
  - a. É um deficiente
  - b. “Coitadinho”
  - c. É igual a mim mas comunica de forma diferente
  
8. Quando se depara com uma pessoa surda, tem dificuldade em comunicar com ela?
  - a. Sim
  - b. Não
  
9. Quando necessita de comunicar com uma pessoa surda, de que forma o faz?

- a. Através da oralidade
  - b. Através da escrita
  - c. Através da língua ggestual
  - d. Mimica
10. Na sua opinião, considera que comunicar com uma pessoa surda é:
- a. Fácil
  - b. Difícil
  - c. Impossível
11. Para si, surdez é:
- a. Uma doença
  - b. Uma deficiência
  - c. Uma característica
12. Para si, uma pessoa surda é alguém que:
- a. Não ouve
  - b. Não oralisa
  - c. Não ouve nem oralisa
  - d. Ouve mas não oralisa
  - e. Não oralisa porque não ouve
13. Uma pessoa surda não comunica oralmente porque:
- a. Não ouve
  - b. Não quer
  - c. Comunica através da sua própria língua
14. Sabe quantos tipos de surdez existem?
- a. Sim
  - b. Não
15. Na sua opinião, surdez e deficiência auditiva são a mesma coisa?
- a. Sim
  - b. Não
16. Sabe o que é a língua ggestual portuguesa?
- a. Sim
  - b. Não
17. Linguagem ggestual e Lingua Gestual são a mesma coisa?

- a. Sim
- b. Não

18. A Língua gestual é igual em todos os países?

- a. Sim
- b. Não

19. Só as pessoas surdas é que comunicam em língua gestual?

- a. Sim
- b. Não

20. Sabe qual a função do Intérprete de Língua gestual?

- a. Sim
- b. Não

21. Na sua opinião, uma criança surda pode frequentar qualquer estabelecimento de ensino?

- a. Sim
- b. Não

22. Se o seu filho estivesse inserido numa turma com crianças surdas, acha que isso iria prejudicá-lo na aprendizagem?

- a. Sim
- b. Não

23. Considera que uma pessoa surda tem capacidade de ingressar em qualquer área profissional?

- a. Sim
- b. Não

24. Acha possível uma pessoa surda estar num serviço de apoio ao cliente?

- a. Sim
- b. Não

25. Se, ao dirigir-se a um serviço público, fosse atendido por uma pessoa surda, como se sentiria?

- a. Confuso
- b. Apreensivo
- c. Angustiado
- d. Discriminado

e. Outro:

26. Se, ao dirigir-se a um serviço público, fosse atendido por uma pessoa surda, pediria para ser atendido por alguém que ouvisse?

- a. Sim
- b. Não

27. Alguma vez viu um grupo de pessoas surdas a comunicar entre si? (Se a resposta for negativa, passe para a pergunta 29.)

- a. Sim
- b. Não

28. Quando vê pessoas surdas a comunicar entre si:

- a. Desvia o olhar
- b. A forma de comunicar cativa-o
- c. Tem pena
- d. Fica com vontade de aprender aquela forma de comunicar
- e. Outro:

29. Acha que as pessoas surdas deveriam aprender a comunicar oralmente?

- a. Sim
- b. Não

30. Se estiver na presença de uma pessoa surda, acha que se aumentar o volume de voz, ela o vai ouvir melhor?

- a. Sim
- b. Não

31. Uma pessoa surda consegue participar em debates/conferências?

- a. Sim
- b. Não

32. As pessoas surdas discutem?

- a. Sim
- b. Não

33. Acha que as pessoas surdas percebem os programas televisivos de informação?

- a. Sim
- b. Não

34. As pessoas surdas compreendem tudo o que leem?
- a. Sim
  - b. Não
35. As pessoas surdas escrevem da mesma forma que as pessoas ouvintes?
- a. Sim
  - b. Não
36. Como é que uma pessoa surda comunica através do telemóvel?
- a. Sms
  - b. Vídeo-chamada e sms
  - c. Não utiliza telemóvel
37. Na sua opinião, acha que os filhos das pessoas surdas sabem comunicar oralmente?
- a. Sim
  - b. Não
38. Na sua opinião, os atletas surdos deveriam ingressar nos jogos paralímpicos?
- a. Sim
  - b. Não
39. Acha possível que uma pessoa surda faça parte do parlamento europeu?
- a. Sim
  - b. Não
40. As pessoas surdas devem fazer-se acompanhar sempre por pessoas ouvintes?
- a. Sim
  - b. Não
41. Uma pessoa surda pode viver sozinha?
- a. Sim
  - b. Não
42. Como é que uma pessoa surda sabe que alguém está a tocar à campainha?
- a. Não sabe porque não ouve
  - b. Através de sinais luminosos
  - c. Só sabe quando está junto com pessoas ouvintes
43. Acha possível que as pessoas surdas tenham um cão-guia?

- a. Sim
- b. Não
- c. Os cães-guia são apenas para pessoas invisuais

44. Considera que uma pessoa surda pode conduzir?

- a. Sim
- b. Não

45. Uma pessoa surda pode ir sozinha a uma consulta médica?

- a. Sim
- b. Não

46. Uma pessoa surda necessita de consultas médicas de otorrino?

- a. Sim
- b. Não

47. Acha que uma pessoa surda consegue chamar o INEM se estiver sozinha?

- a. Sim
- b. Não

## **Anexo 2 - Código de ética de intérpretes**

CÓDIGO DE ÉTICA E LINHAS DE CONDUTA DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA

GESTUAL

INTRODUÇÃO

Função e Atitude do Intérprete

- A função do intérprete pode ser definida da seguinte forma:

O intérprete procura equalizar uma situação de comunicação, de modo a que as pessoas surdas e ouvintes tenham acesso a todas as informações emitidas e possam comunicar tudo aquilo que desejarem;

- Os intérpretes de língua gestual traduzem os gestos da língua gestual para língua falada e vice-versa, respeitando as normas do Código de ética e Linhas de Conduta.

Qualidades do Intérprete:

Flexibilidade - o intérprete deverá poder adaptar-se às diferentes situações que lhe surgirem;

Objectividade - o intérprete deverá ter em conta que é um elo de ligação e não deverá envolver-se pessoalmente na sua função;

Auto-disciplina - não é fácil controlar a eficiência e honestidade de um intérprete, assim ele próprio deverá conhecer e respeitar os seus próprios limites;

Atitude Profissional - o intérprete deverá manter uma atitude correcta, restringindo-se a exercer a sua função,

sem como deverá ser responsável pelo seu próprio crescimento e pelo crescimento da profissão;

Pontualidade e Senso de Responsabilidade - é essencial que o intérprete seja pontual, pois só é útil se estiver presente no local à hora marcada. A sua ausência poderia criar dificuldades acrescidas aos seus clientes. Em caso de impossibilidade ou doença deverá solicitar um substituto ou saber da possibilidade de adiamento do acto de interpretação.

CÓDIGO DE ÉTICA

1º Confidencialidade- O intérprete deverá guardar completo sigilo de tudo aquilo que interpretou, inclusivé dados, como datas, nomes, locais ou assuntos, que aparentemente possam não ter importância, podem ser suficientes para uma quebra de confidencialidade.

Não deverá também assumir atitudes na presença de terceiros que possam levá-los a aperceber-se de que o intérprete tem conhecimento de assuntos confidenciais.

Ao participar na formação de novos intérpretes, revelando as suas experiências e métodos de trabalho, deverá ter sempre o cuidado de não mencionar dados, como datas, nomes ou locais que possam levar à identificação de um caso confidencial.

3º Imparcialidade- Enquanto durar a sua função de intérprete, o mesmo não deverá aconselhar ou orientar, mantendo uma atitude neutra e sem emitir opiniões ou reações pessoais.

Assim como não deve emitir nada, o intérprete também não deve acrescentar nada, visto que como intérprete a sua função é apenas a de facilitar a comunicação entre duas ou mais pessoas (surdas e ouvintes), e a sua intervenção pode ter consequências imprevisíveis.

Por vezes o intérprete pode sentir-se tentado a assumir o papel de defensor da pessoa surda, o que é humanamente louvável, no entanto, deverá ter sempre em atenção que durante a sua função de intérprete apenas deverá transmitir as informações dadas por ambas as partes.

4º Discrição- Deverá usar de discrição na aceitação de trabalhos no que diz respeito a capacidades específicas, localização e pessoas que solicitam o serviço.

O intérprete só deverá aceitar trabalhos para os quais sabe que tem capacidades. No entanto na falta de um intérprete especializado em determinada área, poderá recrutar-se um intérprete com menos preparação desde que o intérprete e o seu cliente tenham noção dessa desvantagem e tanto um como outro estejam dispostos a aceitar essa situação.

Poderão surgir situações desconfortáveis de ordem pessoal, social, religiosa ou política. Assim, o intérprete deverá

O sigilo só poderá ser quebrado por convocatória judicial para prestar depoimento.

2º Fidelidade - Adaptabilidade- O intérprete deverá providenciar uma interpretação fiel, respeitando o conteúdo e espírito do orador, utilizando uma linguagem facilmente compreensível para as pessoas para quem está a interpretar.

Não deverá omitir nem inventar ou acrescentar nada ao que foi dito. Por vezes poderão surgir situações embaraçosas ou que estejam em contradição com o senso de bem e de mal do intérprete, mas ele deverá sempre lembrar-se de que a responsabilidade do que se diz não é sua, e que é seu dever transmitir as informações dadas, de uma forma precisa. Se o intérprete sentir que não é capaz de efectuar uma interpretação fiel, deverá admiti-lo e retirar-se dessa situação.

Ao interpretar para língua gestual, o intérprete deverá comunicar da forma mais facilmente compreensível pela pessoa surda, seja ela através da língua gestual Portuguesa, dactilologia, oralidade, gestos, desenhos ou escrita. Seria bom se o intérprete e a pessoa surda tivessem uns momentos de preparação para adaptação ao modo de comunicação de cada um.

Sempre que possível, o intérprete ao interpretar para língua falada deverá utilizar a língua falada pela pessoa ouvinte, inglês, francês, etc.

evitar aceitar trabalhos que a partida saiba que poderão afetar negativamente o seu trabalho de interpretação.

O intérprete deverá evitar situações em que tenha de interpretar para membros da sua família, amigos ou colegas de trabalho, que possam de alguma forma afectar a sua imparcialidade. Nestas circunstâncias e especialmente no campo legal é difícil para o intérprete manter-se neutral. No entanto, em casos de emergência é aceite que o intérprete tenha que interpretar nestas circunstâncias, devendo, nesse caso, todas as partes ser informadas de que o intérprete não poderá ser pessoalmente envolvido nos procedimentos.

5ª Remuneração- O intérprete deverá lidar com este assunto de uma forma profissional e judiciosa.

A remuneração deverá ser adaptada segundo vários factores, tais como: nível de certificação, experiência profissional, natureza do trabalho, e index de custo de vida local (1 000\$/hora poderá parecer muito em determinados sítios, mas pouco noutras áreas geográficas).

Por vezes os intérpretes poderão fornecer serviços gratuitamente, mas sempre respeitando o seu cliente, para o mesmo não se sentir alvo de caridade. Por outro lado, há que considerar que um intérprete que exerça uma outra profissão pode fazer um favor a um amigo sem lhe cobrar nada; o que não irá afectar o seu rendimento pessoal, enquanto que um intérprete que trabalhe à hora não poderá fazer o mesmo,

pois a sua profissão é essa e é desse trabalho que depende para viver.

6ª Oportunismo- O intérprete não deverá tirar vantagem pessoal de qualquer informação de que tenha conhecimento durante o seu trabalho de interpretação.

7ª Integridade- Através das associações nacionais de intérpretes e surdos deverá procurar defender a integridade e dignificação da sua profissão, encorajando o uso de intérpretes qualificados, de modo a que seja atingido um bom nível de qualidade, em concordância com o código de ética da profissão de intérprete.

8ª Actualização- O intérprete deverá desenvolver as suas capacidades de interpretação e manter-se a par das evoluções verificadas neste campo, participando em encontros profissionais, encontrando-se com colegas e partilhando experiências, lendo literatura informativa e participando em cursos de especialização que venham a ser efectuados.

9ª Crítica- Sempre que haja críticas ao modo como o intérprete conduziu o seu trabalho, as mesmas devem ser feitas directamente ao intérprete com conhecimento para o serviço ou órgão que o indicou.

#### LINHAS DE CONDUTA

1ª O intérprete deverá apresentar-se de forma precisa e

conspira, mencionando o seu nome e função - intérprete de Língua Gestual. Deverá, se solicitado, mencionar o serviço ou órgão que o destacou para esse trabalho de interpretação.

2º Para evitar situações dúbias ou desagradáveis, deverá esclarecer que a sua posição de intérprete o obriga a interpretar tudo o que for dito por todas as partes envolvidas no acto, de língua gestual para falada e de língua falada para a gestual.

3º Não deverá emitir juízos ou opiniões pessoais, nem deverá deixar transparecer quaisquer reacções, obedecendo a todas as normas do código de ética e linhas de conduta para os intérpretes de língua gestual.

4º No caso de o cliente surdo ou ouvinte se sentir tentado a solicitar a opinião do intérprete, deverá de uma forma correcta mas firme, explicar, e manter a sua posição de imparcialidade.

5º Os intérpretes devem apoiar-se mutuamente, não permitindo que haja tentativas de favoritismos ou intrigas por parte de pessoas que possam não compreender a função desempenhada pelos intérpretes.

#### CONCLUSÃO

O Código de Ética e Linhas de Conduta do Intérprete de Língua Gestual constitui um instrumento fundamental, com o

objectivo de proteger o intérprete e os clientes surdos e ouvintes que solicitam os serviços do primeiro.

Este Código deverá também constituir uma linha de orientação de uma filosofia a ser seguida pelo intérprete, permitindo-lhe adaptar-se às novas e variadas situações que lhe surgirem.